



1- INTRODUÇÃO

“ O Diagnóstico, sendo definido como o aprofundamento das dinâmicas de mudança, das potencialidades e dos obstáculos numa determinada situação é um processo permanente e sempre inacabado”

GUERRA, ISABEL (2000). “Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção. O Planeamento em Ciências Sociais”. Cascais: Editora: Principia. Pp.134

Este documento surgiu como uma necessidade de actualizar o diagnóstico social aprovado em 2006. Teve como objectivo, não só aprofundar um conjunto de informações (quantitativas e, particularmente qualitativas) mas também identificar as problemáticas evidenciadas pelos actores locais de forma a se poderem propor estratégias ou medidas de intervenção.

O mesmo teve como base dados estatísticos provisórios do INE (2006/2007/2008) visto que os dados definitivos dizem respeito a 2001, estando estes últimos explorados e analisados no pré-diagnóstico e diagnóstico social aprovado em 2006.

Uma base de informação essencial foi o **Sistema de Informação da Rede Social** de Mirandela para a qual foi fundamental o contributo dos parceiros e representantes das entidades locais. Este documento permitiu fazer uma comparação dos dados, assim como analisar a evolução das intervenções na área do social, das estratégias e medidas existentes no concelho. O mesmo documento constitui um fluxo de informação utilizada para os parceiros locais para elaboração de Candidaturas a Projectos, como por exemplo o Projecto Escolhas, Candidaturas ao PRODER/ P.O.P.H., P.O.R.I. – Mirandela Consume Desporto, entre outros.

Ao longo da elaboração deste documento, houve a preocupação de fazer uma articulação com os instrumentos de planeamento nacionais com vista a recolher indicadores de base local, tendo como base o Sistema de Informação Nacional da Rede Social.

Daí que um dos capítulos deste documento sejam os Instrumentos de Planeamento, donde constam os resumos dos seguintes Planos: Quadro de Referência Estratégia Nacional; Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2007-2010); Plano Nacional Contra a Droga e Toxicoddependência (2005 -2012); Plano Nacional de Acção para a



Inclusão (2008-2010); Plano Tecnológico; Plano Nacional para a Igualdade; Plano Nacional para o Emprego (2005-2008); Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável; Plano de Acção para a Integração de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade; Plano Nacional de Saúde (2004-2010).

O Diagnóstico Social integra uma fase de Planeamento Estratégico já que o principal objectivo é orientar a intervenção num determinado território, articulando o conhecimento que advém do Diagnóstico com determinados objectivos e metas a atingir. O Plano de Desenvolvimento Social e o (s) respectivos Plano (s) de Acção, são a concretização desta ideia.

Por fim, convém salientar que nenhum destes documentos (Instrumentos de Planeamento) podem ser percebidos como algo estanque mas alvo de contínuas reavaliações.



2- REDE SOCIAL

O Programa Rede Social foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro. Posteriormente surge a Declaração de Rectificação n.º 10/99 de 30 de Maio, que rectifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de Novembro, no que respeita à presidência do Conselho Local de Acção Social e das Comissões Sociais de Freguesia. Em 2002 é publicado o Despacho Normativo n.º 8/2002 de 12 de Fevereiro que regulamenta o Programa de Apoio à Implementação da Rede Social. Em 2006 foi criado o Decreto – Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho, que consagra os princípios, finalidades e objectivos da Rede Sociais, bem como a sua constituição, funcionamento e competência dos seus órgãos.

Este último diploma consagra a Rede Social como uma plataforma de articulação de diferentes parceiros públicos e privados que tem como objectivo combater a pobreza e exclusão social e promover a inclusão e coesões sociais. (art.º n.º 3). A mesma assenta num trabalho de parceria alargada, efectiva e dinâmica e visa o planeamento estratégico da intervenção social, que articula a intervenção dos diferentes agentes locais para o desenvolvimento social. (art.º n.º 3 n.º 2).

Segundo o mesmo Decreto-lei são constituídas Plataformas Supraconcelhias de âmbito territorial equivalente à NUT III. Segundo o artº 32 n.º 1 estas integram os representantes dos centros distritais da segurança social; os dirigentes das entidades e serviços relevantes da Administração Pública das respectivas áreas territoriais; os representantes dos governos civis, os presidentes dos CLAS respectivos; os representantes das instituições particulares de solidariedade social, organizações não governamentais e associações empresarias e sindicais com expressão nacional e com delegações nos territórios respectivos.

A nível Local, a Rede Social foi criada a 26 de Abril de 2005, data em que foi constituído em Plenário o Núcleo Executivo e Conselho Local de Acção Social. O Núcleo Executivo é constituído por sete elementos e o CLAS por quarenta.

A nível Supraconcelhio a Rede Social de Mirandela, faz parte da Plataforma Supraconcelhia de Trás-os-Montes e Alto Douro.



3- METODOLOGIA

A metodologia adoptada foi a de investigação acção, recorrendo-se a uma multiplicidade de técnicas de recolha de informação, onde os métodos adoptados foram:

►► **Análise Documental e Pesquisa Bibliográfica:** No âmbito desta pesquisa recorreu-se a Publicações do INE – Dados Provisórios e não Definitivos. A Estudos, Planos Nacionais (consultar pp. 6 a 19); documentos elaborados no âmbito da Plataforma Supraconcelhia de Trás-os-Montes e Alto Douro, entre outros...

►► Reuniões com todos os representantes da Rede Social/ Projectos Concelhios, individualmente, no sentido de proceder inicialmente a um levantamento dos principais problemas vigentes, fazendo paralelamente uma análise do anterior Plano de Desenvolvimento Social.

►► Envio de Grelhas para às Instituições, nomeadamente às IPSS'S do concelho/ Estruturas de Parceria para proceder aos principais problemas, podendo apresentar propostas de intervenção.

►► Sistema de Informação da Rede Social.

Ao longo deste caminho houve o cuidado de se utilizar os instrumentos de trabalho do ISS, I.P. do Sector da Rede Social, nomeadamente a lista de indicadores de referencia para a elaboração/ actualização de Diagnósticos Sociais e a Base de dados dos Conselhos Locais de Acção Social (indicadores e as áreas temáticas – definição de problemas).

Posteriormente foi feita a análise S.W.O.T. por áreas temáticas, de forma a podermos definir os eixos de intervenção, cabendo em cada um deles os problemas identificados pelos parceiros. Análise SWOT significa em português Forças; Oportunidades; Fraquezas e Ameaças.

De seguida, e já com os eixos definidos, procedeu-se à priorização dos problemas. Para efeitos de ordenação das prioridades, consideraram-se os problemas que apresentassem em simultâneo um alto grau de gravidade e uma baixa dificuldade de resolução, tendo sido ponderado até que ponto a sua solução estará ao alcance das Instituições e ou entidades presentes no CLAS.



4 - PLANOS

NACIONAIS



4.1 - Q.R.E.N.- QUADRO DE REFERENCIA ESTRATÉGIA NACIONAL OBJECTIVO ESTRATEGICO:

O Q.R.E.N. assume como grande desafio estratégico a qualificação dos Portugueses, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização e igualdade de oportunidades e do aumento da eficiência e qualidade das Instituições Publicas.

Prioridades Estratégicas

- ☛ Promover a qualificação dos portugueses, desenvolvendo e estimulando o conhecimento e estimulando o conhecimento, a ciência, tecnologia, inovação, educação e cultura.
- ☛ Promover o **desenvolvimento sustentado** através dos objectivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, da qualificação d emprego e da melhoria da produtividade e da atracção e estímulo ao investimento empresarial qualificante.
- ☛ Garantir a **Coesão Social**, tendo como objectivo o aumento do emprego, do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, e assegurando a inclusão social, desenvolvendo o carácter inclusivo no mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como práticas de cidadania inclusiva, reabilitação e reinserção social, conciliação entra a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização de saúde como factor de produtividade e medida de inclusão social.
- ☛ Assegurar a qualificação de território e das cidades traduzida, em assegurar ganhos ambientais, promovendo um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da actividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias de desenvolvimento regionais.
- ☛ Aumentar a eficiência de governação privilegiando, nos Programas Operacionais, os objectivos de modernizar as instituições publicas.

OPERACIONALIZAÇÃO:

A prossecução desta estratégia é assegurada pela concretização, com o apoio dos Fundos estruturais e do Fundo de Coesão, por todos os Programa Operacionais (2007-2013), de três Agendas Operacionais Temáticas:

1) Agenda Operacional para o Potencial Humano: Congrega o conjunto das intervenções que visam a :

- Promoção das qualificações escolares e profissionais,
- Promoção de emprego e da inclusão social, bem como as condições para a valorização da igualdade de género e cidadania plena.

Integra as seguintes vertentes de intervenção:

Qualificação Inicial;

Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida;

Gestão e Aperfeiçoamento Profissional;

Formação Avançada para a Competitividade;

Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa; Cidadania; Inclusão e Desenvolvimento Social e, ainda, a Promoção da Igualdade de Género.

2) Agenda Operacional para os Factores de Competitividade:

Quadro n.º 1



**Q.R.E.N.- QUADRO DE REFERENCIA ESTRATÉGIA NACIONAL
OBJECTIVO ESTRATEGICO (Continuação):**

OPERACIONALIZAÇÃO:

2) Agenda Operacional para os Factores de Competitividade: Abrange intervenções que visam estimular a qualificação do tecido produtivo, por via da inovação, desenvolvimento tecnológico e do estímulo do empreendedorismo, da melhoria das diversas componentes da envolvente da actividade empresarial, com relevo para a redução dos custos públicos de contexto.

Compreende os seguintes **vectores de intervenção:**

- Estímulos à produção do Conhecimento e do desenvolvimento Tecnológico;
- Incentivos à Inovação e Renovação e do Modelo Empresarial e do padrão de Especialização;
- Instrumentos de Engenharia Financeira para o Financiamento e partilha de Risco na Inovação
- Intervenções integradas para a Redução dos Custos Públicos de Contexto;
- Estímulos ao Desenvolvimento da Sociedade de Informação;
- Redes e infra-estruturas de Apoio à Competitividade Regional e, ainda, acções Integradas de valorização Económica dos Territórios menos Competitivos.

3) Agenda Operacional para a valorização do Território: Visa dotar o país, as suas regiões, sub regiões de melhores condições de atractividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações.

Abrange como domínios de intervenção:

- Reforço da Conectividade Internacional;
- Acessibilidades e da Mobilidade;
- Protecção e Valorização do Ambiente;
- Política de Cidades e, ainda, as Redes de Infra - estruturas e equipamentos para a Coesão Territorial e Social.

A concretização destas três Agendas Temáticas é operacionalizada pelos seguintes programas operacionais:

- **Programas Operacionais Temáticos: Potencial Humano, Factores de Competitividade e Valorização do Território** – co – financiadas respectivamente pelo Fundo Social Europeu (FEDER), pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FSE), pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento regional (FEDER) e, conjuntamente, pelo FEDER e Fundo de Coesão.
- **Programas Operacionais Regionais do Continente: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve** – co-financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.
- Programas Operacionais das Regiões Autónomas – dos Açores e da Madeira - co-financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelo Fundo Social Europeu.
- **Programas Operacionais de Cooperação Territorial** Transfronteiriça (Portugal – Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e madeira Açores Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter Regional, co-financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelo Fundo Social Europeu.
- **Programas Operacionais de Assistência Técnica**, co-financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelo Fundo Social Europeu.



4.2. - III – PLANO NACIONAL CONTRA A VIOLENCIA DOMÉSTICA- 2007-2010:

Este Plano, definido no Programa do XVII Governo Constitucional, aponta para uma conciliação de uma política de prevenção e combate á violência doméstica, através da promoção de uma cultura para a cidadania e para a igualdade, do reforço de campanhas de informação e formação, e do apoio e acolhimento das vitimas uma lógica de reinserção e autonomia.

Prioridades Estratégicas (Estratégias de Intervenção)

☛ 1 - INFORMAR, SENSIBILIZAR E EDUCAR

As acções de sensibilização e a mobilização da sociedade civil surgem como uma estratégia fulcral, dirigidas às escolas e às comunidades, no sentido de alterar práticas e comportamentos.

Medidas:

1. Promover Campanhas Nacionais Contra a Violência Doméstica
2. Implementar campanhas e acções de sensibilização às comunidades locais
3. Elaborar e divulgar materiais informativos, recorrendo às novas tecnologias de informação e comunicação
- 4- Elaborar e divulgar materiais informativos e pedagógicos para integrar no Projecto - Educativo do Agrupamento, dirigido à população estudantil do ensino básico
5. Dinamizar acções de sensibilização junto das escolas, em parceria com os restantes actores da comunidade educativa, por parte de militares e agentes das forças de segurança envolvidos em programas de proximidade, comunitários e de apoio à vítima.
6. Promover Campanha de sensibilização contra a violência no namoro
7. Criar um Prémio Nacional que promova o melhor trabalho literário, teatral ou cinematográfico contra a violência doméstica
8. Criar um Prémio Nacional que promova o melhor trabalho ao nível da comunicação social contra a violência doméstica
9. Identificar, com menção honrosa, empresas que promovam ao nível da responsabilidade social, acções contra a violência doméstica

☛ 2 - PROTEGER AS VÍTIMAS E PREVENIR A REVITIMAÇÃO:

Nesta área privilegia-se a adequação das respostas sociais às especificidades das vítimas, de forma que a segurança seja uma prioridade, sem comprometer a sua qualidade de vida. É o caso do alargamento da rede social de protecção, bem como de outras respostas integradas de base comunitária dirigidas à redução dos efeitos negativos da vitimação.

Por outro lado, no que se refere à prevenção da revitimação, podemos destacar a experimentação de novas metodologias de controlo penal que permitam reduzir e alterar os comportamentos abusivos dos agressores.

Medidas:

1. Definir um quadro normativo favorável, designadamente, pela revisão da lei que regula o acesso ao direito
2. Rever a lei que garante protecção às mulheres vítimas de violência
3. Estabelecer parcerias entre as ONG's, a Ordem dos Advogados, a Segurança Social e o Ministério da Justiça, tendo em conta o regime do acesso ao direito e da consulta jurídica.
4. Definir condições de aceleração processual para crimes de violência doméstica tendo em conta a particular urgência na sua resolução
5. Implementar experiências de articulação entre tribunais criminais e tribunais cíveis nos casos de violência doméstica
6. Criar nos sítios das forças de segurança, GNR e PSP, uma zona respeitante à temática da violência doméstica, contendo informações, comportamentos a adoptar e possibilidade de efectuar queixa/denúncia electrónica.
7. Monitorizar e acompanhar a aplicação dos autos de notícia padrão relativos a queixas ou denúncias de violência doméstica
8. Implementar programa experimental de aplicação de meios electrónicos de vigilância à distância aplicados ao agressor sujeito a medida judicial de afastamento
9. Definir e implementar programas de prevenção da reincidência para agressores



10. Criar respostas específicas para violência doméstica nas unidades prestadoras de cuidados de saúde
11. Implementar, no âmbito de cada Administração Regional de Saúde, uma experiência piloto, através da criação de uma rede de serviços multidisciplinares de detecção, encaminhamento e intervenção adequada que promova uma abordagem integrada das diversas problemáticas associadas a esta realidade
12. Criar fóruns nacionais, coordenados pela CIG, envolvendo não só as entidades que fazem parte das experiências pilotos, bem como outras instituições dessas regiões, de forma a promover uma reflexão e avaliação desse modelo.
13. Definir o regime de isenção de taxas moderadoras no acesso ao Serviço Nacional de Saúde.
14. Aperfeiçoar a rede nacional de casas de abrigo.
15. Ponderar os procedimentos de resposta, em situação de emergência, a vítimas de violência doméstica.
16. Expandir a rede Nacional de Núcleos de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica.
17. Dotar as estruturas de apoio de uma intervenção especializada para menores vítimas de violência doméstica indirecta em articulação com outras estratégias nacionais que abranjam os mesmos destinatários
18. Implementar grupos de ajuda mútua (GAM).
19. Reestruturar o Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica (Linha Verde).

3. CAPACITAR E REINSERIR AS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Enfatiza-se a promoção das competências pessoais e sociais das vítimas de violência doméstica, mediante o incremento do seu empoderamento, da sua auto-determinação e da sua reinserção social.

Medidas:

1. Favorecer a integração social das vítimas facilitando o seu acesso à formação profissional e integração laboral através de itinerários de inserção.
2. Definir um regime de mobilidade geográfica que assegure na administração pública e nas empresas em que seja possível a deslocalização das vítimas de violência doméstica em segurança e sigilosamente
3. Facilitar o acesso ao alojamento social para vítimas de violência doméstica, no âmbito da rede social:

4 – QUALIFICAR OS PROFISSIONAIS:

Capacitar o pessoal técnico mais envolvido no atendimento a vítimas e agressores dotando-o de competências adequadas para intervirem de forma profissional, é uma tarefa fundamental para a estratégia deste Plano

Medidas:

Medidas:

1. Estimular a essência dos *fora* de educação para a cidadania e estabelecer protocolos com as Universidades e Centros de Formação para criar ou actualizar módulos disciplinares sobre violência doméstica que possam ser integrados nos *curricula* académicos, nomeadamente nas áreas de ciências humanas, sociais, criminais e de saúde
2. Promover a qualificação inicial e contínua das forças e serviços de segurança, através da adopção, entre outras, de metodologias de formação baseadas no *e-learning*
3. Promover a qualificação de operadores judiciais
4. Promover a qualificação de profissionais de saúde, nomeadamente quem exerça actividades, na área da violência doméstica, nas urgências hospitalares e nos Centros de Saúde
5. Promover a qualificação de profissionais de educação e forma
6. Promover a qualificação de profissionais de Centros de Emprego de forma a capacitar o seu trabalho de identificação e inserção de casos de violência doméstica e respectiva



sinalização para as entidades competentes

7. Promover a qualificação inicial e a formação contínua dos profissionais de acção social e das organizações da sociedade civil

8. Promover a qualificação de profissionais da comunicação social e da publicidade para a necessidade de eliminar estereótipos de género na abordagem do fenómeno da violência doméstica

9. Conceber Guias de Boas Práticas dirigidos a profissionais das diversas áreas de intervenção, nomeadamente saúde, educação e formação bem como das forças de segurança

5 – APROFUNDAR O CONHECIMENTO DO FENÓMENO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

O objectivo é desenvolver mecanismos que permitam a motorização do fenómeno e estabelecer comparações a nível nacional, comunitário e internacional, de forma a tornar cada vez mais qualificada a intervenção

Medidas

1. Sistema integrado de informação e monitorização da problemática da violência doméstica definido no âmbito do Observatório do Género a criar no III PNI

2. Criar um fórum entre as entidades governamentais, as ONG's com trabalho desenvolvido nesta área e as forças e serviços de segurança

3. Realizar sondagens periódicas de opinião sobre a percepção da violência doméstica

4. Dar continuidade à promoção de estudos em estreita articulação com Universidades e Centros de Investigação, sobre o conhecimento do fenómeno na perspectiva sociológica, criminológica e psicológica, e dos impactos económicos e sociais da violência doméstica

5. Promover estudos que permitam conhecer em profundidade os problemas específicos de violência doméstica nas comunidades imigrantes

6. Promover estudos diversos sobre formas específicas de violência doméstica

7. Avaliar os níveis de satisfação das pessoas beneficiárias das respostas sociais disponíveis ao nível da violência doméstica

8. Identificar e caracterizar os perfis profissionais prospectivos e as necessidades de novas competências e de formação para responder aos novos desafios do fenómeno da violência doméstica.

Quadro n ° 2



4.3 - PLANO NACIONAL CONTRA A DROGA E TOXICODEPENDENCIA 2005- 2012

Em sintonia com o Plano Nacional de Saúde, as **ideias centrais** que enformam este Plano Nacional são a **territorialidade** (actuações nas diversas áreas de intervenção com base em diagnósticos locais), a **integração das respostas** no sentido de otimizar os recursos da comunidade, a **centralidade no cidadão** e nas suas necessidades (em vez da centralidade nas substâncias) e a busca da **melhoria da qualidade** das intervenções.

Prioridades Estratégicas

Prevenção:

Aumentar o conhecimento sobre o fenómeno dos consumos de substâncias psicoactivas.
Aumentar a qualidade de intervenção preventiva através do reforço da componente técnico – científica e metodológica
Aumento da abrangência, acessibilidade, eficácia e eficiência dos programas de prevenção

Dissuasão:

As Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência procuram adequar as decisões proferidas à situação concreta do indiciado. Durante 2006 estas Comissões passarão para a dependência do IDT de forma a:
Garantir a eficiência na aplicação da lei, com qualidade técnica e ir ao encontro das necessidades efectivas dos indiciados consumidores
Estabelecer e/ou manter a dinâmica de articulação entre parceiros que trabalham na área da toxicodependência

Redução de Riscos e Minimização de Danos:

Acentuar a intervenção procurando a estabilização de comportamentos problemáticos e redução dos efeitos prejudiciais no indivíduo.
Construir uma rede global de respostas integradas e complementares com um leque diversificado de parceiros, nomeadamente implementar e/ou reforçar as Equipas de Rua, Pontos de Contacto e Informação, Unidades Móveis, Gabinetes de Apoio, Centros de Acolhimento e Centros de Abrigo, etc. Disponibilizar programas de redução de riscos e minimização de danos, a grupos específicos, nomeadamente em contexto recreativo e espaços nocturnos. Para a população reclusa, foi recentemente criada pelos Ministros da Justiça e da Saúde uma comissão que está a elaborar propostas de actuação para este grupo.
Desenvolver um processo de melhoria contínua da qualidade da intervenção em redução de riscos e minimização de danos, promovendo uma cultura de formação e avaliação, que constitua o garante dessa mesma qualidade da intervenção.

Reinserção:

Garantir a abrangência e a transversalidade dos recursos institucionais/não -institucionais da Reinserção nas várias áreas de vida do cidadão, de forma a facilitar o desenvolvimento de projectos de vida responsáveis e responsabilizantes.
Potenciar a reinserção enquanto processo global, implicando todos os actores na óptica da abordagem e das respostas integradas, através de uma gestão participada e efectiva (promover uma rede de respostas integradas com o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social e Ministério da Defesa Nacional, centradas nas necessidades objectivas do cidadão e da comunidade.
Implementar um processo de melhoria contínua da qualidade em reinserção.

Quadro n.º 3



4.4. - PLANO NACIONAL DE ACÇÃO PARA A INCLUSÃO - PNAI 2008- 2010

Este Plano visa prolongar a focalização iniciada em torno de três áreas prioritárias procurando nas mesmas pluralizar contributos e contribuir e diversificar campos de intervenção para as áreas sinalizadas como prioritárias:

Prioridades de Intervenção

Prioridade 1.

Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania.

Prioridade 2.

Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação.

Prioridade 3.

Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente. Pessoas com deficiências e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas.

Quadro n.º 4

PNAI – MEDIDAS ESPECIFICAS POR EIXOS DE PRIORIDADES

Prioridade 1.

Apoio a Crianças:

Melhoria e Reforço da protecção social – Prestações e Benefícios Fiscais:

- Bonificação do Abono família para agregados monoparentais.
- Actualização extraordinária para crianças e jovens de agregados de menores recursos.
- Subsídio Social de Maternidade, paternidade e Adopção.
- Dedução à colecta nas famílias com filhos menores de 3 anos.

Melhoria e Reforço da Protecção Social Escolar e Redução de Desvantagem:

Reforço do apoio ao nível da Acção Social Escolar em linha com escalões de Abono de Família:

- Manuais escolares.
- Disponibilização de refeições.
- Passe escolar 4_18@escolar – deslocações casa – escola em transportes públicos.

Melhoria e Qualificação de Respostas de Intervenção:

- Apadrinhamento civil para a integração de crianças e jovens em ambiente familiar.

Apoio ao Alojamento:

- Redução da taxa máxima do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI).
- Alargamento do período de isenção a conceder relativamente a prédios urbanos para habitação própria permanente.
- Majoração das despesas com habitação (juros e amortização) em função da matéria colectável.
- Habitação e Mobilidades – bolsa de habitação disponíveis.
- Gestão de proximidade do Parque Habitacional.
- Residência apoiada – arrendamento via entidades de solidariedade social.

Bens e Serviços – Acesso à Justiça:

- Revisão da Lei de Acesso ao Direito e Apoio Judiciário.

Bens e Serviços –

- Ocupação social útil das pessoas desocupadas.
- Reforço da Rede de Emergência Social – Protocolo com CVP e melhoria da distribuição territorial no apoio alimentar.

Saúde:

- Linha Saúde 24 – melhorar o acesso aos serviços com melhor encaminhamento dos utentes.

Intervenção Laboral:

- Incentivos à contratação de públicos desfavorecidos.
- combate à precariedade laboral – Redução das taxas contributivas para a Segurança Social, para potenciar contratação de carácter permanente.
- Combate à ilegalidade no uso abusivo de recibos verdes e de contratação a termo.
- Reforço da Protecção da Parentalidade:



- dos direitos do Pai;
- Da duração da licença Parental e reforço da partilha;
- Incentivo ao trabalho a tempo parcial e os cuidados na primeira infância.

Idosos:

Bens e Serviços – Acesso a Respostas e Equipamentos Sociais:

- Programa de equipamentos Sociais;
- Nova linha de financiamento;
- Programa de requalificação de equipamentos antigos.

Quadro n º5

PNAI – MEDIDAS ESPECIFICAS POR EIXOS DE PRIORIDADES

Prioridade 2.

Medidas Especificas:

Bens e Serviços:

Portal da Escola:

Plataforma para acesso a recursos educativos digitais.

. Programas de generalização do acesso a computadores com ligação á Internet e Banda larga: e-escolinha.

. Centros de Inclusão digital – escolhas para actividades TIC junto de crianças e jovens.

. Redes Comunitárias em Banda Larga em Regiões desfavorecidas.

. Duplicação da Rede de Espaços Internet/Programa Ligar Portugal – com condições e monitores especializados para utilizadores com necessidades especiais.

Crianças e Jovens:

Bens e Serviços – Acesso a Resposta e equipamentos sociais:

. Gabinete de Apoio ao Aluno – prevenção e sinalização de problemas.

Bens e Serviços – TIC:

Projectos de Infra estruturação tecnológica das escolas.

Aquisição de computadores videoprojectores e quadros interactivos.

Ligação á Internet

Redes de área local.

Projectos de formação do plano tecnológico da educação.

Formação em TIC do pessoal docente e não docente.

Formação em contexto real de trabalho em grandes empresas.

Formação de industria reforçando qualificações e empregabilidade.

Quadro n º 6



PNAI – MEDIDAS ESPECIFICAS POR EIXOS DE PRIORIDADES

Prioridade 3.

Pessoas Sem Abrigo:

Melhoria da Protecção Social e Inserção:

- Planos Individuais de Reinserção – acompanhamento personalizado;

Melhoria do Conhecimento e Informação:

- Sistema de informação e monitorização do fenómeno Sem Abrigo.

Bens e Serviços de Acesso à Justiça:

- Call Center – atendimento rápido às questões em matéria de registos e notariado, incluindo a nacionalidade.

- Balcões de nacionalidade m conservatórias do registo civil.

- Cursos de língua portuguesa para estrangeiros

- Apoio ao empreendedorismo, e criação de redes empresariais de actividades económicas geridas por mulheres.

- Unidade de apoio à vitima imigrante e de discriminação étnica – apoio personalizado e gratuito de vitimas de racismo e discriminação

Combate ao tráfico de Seres Humanos:

- Observatório de Tráfico de Seres Humanos;

- Apoio às vítimas de tráfico de seres humanos.

Minorias Étnicas:

Melhoria do Conhecimento / Intervenção (população cigana)

- Grupo consultivo para a inserção da Comunidades ciganas – constituição do grupo e nomeação dos representantes.

- Formação de agentes que trabalham com as comunidades ciganas - acções de formação.

Apoio ao alojamento:

- Diagnóstico das experiências levadas a cabo no âmbito da habitação social – com vista à definição de iniciativas de politicas publicas.

Pessoas com Deficiência e Incapacidades:

Bens e Serviços:

- Revisão do regime da protecção na deficiência;

- Simplificação da atribuição e financiamento de ajudas técnicas – através de nova aplicação informática.

- Reforço dos equipamentos para pessoas com deficiência (POPH)

- Lançamento de Unidades de Cuidados Continuados e Saúde Mental;

- Revisão do sistema de educação especial nas escolas publicas.

- Unidades especializadas em multi - deficiência e autismo.

- Programa de português como segunda língua para alunos surdos.

- Formação em educação especial para auxiliares de acção educativa;

- Centros de recurso para a Inclusão (CRI) – para reorientar as escolas de educação especial para centros de recursos no apoio á escola pública;

- Programa de apoio à colocação e acompanhamento pós - colocação em mercado de trabalho.

- Assistência jurídica a pessoas com deficiências e incapacidades.

Quadro n ° 7



4.5. - PLANO TECNOLÓGICO	
O QUE É?	EIXOS DE ACÇÃO
<p>É um plano de acção para levar à prática um conjunto articulado de políticas que visam estimular a criação, difusão, absorção e uso do conhecimento para transformar Portugal numa economia dinâmica e capaz de se afirmar na economia global.</p> <p>Este Plano representa o pilar para o Crescimento e a Competitividade do Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego, que traduz a aplicação em Portugal das prioridades da Estratégia de Lisboa, que se baseia nos três eixos de acção que constam na coluna à direita.</p>	<p>1- Conhecimento – Qualificar os Portugueses para a sociedade do conhecimento, fomentando medidas estruturais vocacionadas para elevar os níveis educacionais médios da população, criando um sistema abrangente e diversificado de aprendizagem.</p> <p>2 – Tecnologia – Vencer o atraso científico e tecnológico, apostando no reforço das competências científicas e tecnológicas nacionais, públicas e privadas, reconhecendo o papel das empresas na criação do emprego qualificado e nas actividades de investigação e desenvolvimento.</p> <p>3- Inovação – Imprimir um novo impulso à inovação, facilitando a adaptação do tecido produtivo aos desafios impostos pela globalização através da difusão, adaptação e uso de novos processos, formas de organização, serviços e produtos.</p>

Quadro n.º 8 Fonte: Plano Tecnológico – Uma Estratégia de Crescimento com base no Conhecimento, Tecnologia e Inovação - Documento de Apresentação

4.6. - PLANO NACIONAL PARA A IGUALDADE	
O QUE É?	EIXOS DE ACÇÃO
<p>Tem como finalidade perspectivar uma forma de organização social entre os homens e as mulheres participem de forma mais igual em todas as esferas da vida económica, social e política. Nas medidas estruturantes, direccionadas para a Administração Pública e que comprometem e abrangem todos os Ministérios prevê a criação em cada Ministério, de equipas representativas das diferentes unidades orgânicas que ficarão responsáveis pela disseminação da temática da igualdade, a médio e longo prazo, e que assegurarão a implementação do Plano.</p>	<p>1) Actividade Profissional e Vida Familiar; 2) Educação, Formação e Informação. 3) Cidadania e Inclusão Social. 4) Cooperação com os Países de Língua Portuguesa.</p>

Quadro n.º 9



4.7 - PLANO NACIONAL DE EMPREGO (2005-2008)	
O QUE É:	DESAFIOS ESTRATÉGICOS:
<p>É o instrumento de base de participação de Portugal na Estratégia Europeia para o emprego. Surgiu em 1997 num reunião extraordinária do Conselho Europeia e tem como finalidade garantir o desenvolvimento de uma política de emprego coerente e integrado.</p>	<p>1- Promover a criação de emprego, prevenir e combater o desemprego. 2- Antecipar e gerir positivamente as reestruturações. 3- Promover a flexibilidade com segurança no emprego. 4- Reforçar a educação e qualificação da população. 5 – Modernizar o sistema de protecção social.</p>
LINHAS/MEDIDAS DE INTERVENÇÃO	
<p>1- Programa de Intervenção. Jovens Desempregados; 2- Programa de Intervenção: Diplomados Desempregados; 3- Programas de Estágios; 4- Programa de Intervenção: Envelhecimento Activo; 5- Aumentar a participação das mulheres na vida activa; 6- Públicos com especiais dificuldades de inserção; 7- Relançar a abordagem territorial e sectorial das políticas de emprego; 8- Programa de intervenção: Entidades Empregadoras; 9- Gerir preventivamente as resstruturações empresariais; 10- Prevenção de riscos profissionais; 11- Relações laborais; 12- Autonomização do salário mínimo nacional; 13- Reforma do ensino básico; 14- Iniciativa Novas Oportunidades JOVENS. 15- Iniciativa Novas Oportunidades ACTIVOS</p>	

Quadro n ° 10



4.8 - ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ENDS

O QUE É:	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS:
<p>Visa o período de 2005-2015. Consiste num conjunto coordenado de actuações que, partindo da situação actual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades, permitam num horizonte de 12 anos assegurar um crescimento económico celebre e vigoroso, uma maior coesão social, e um elevado e crescente nível de protecção e valorização do ambiente.</p>	<p>“Alteração em profundidade da actual situação no que respeita à qualificação da população activa, à formação ao longo da vida e à disponibilidade das empresas, como para o cabal desempenho das tarefas de cidadania e de defesa do Ambiente, num contexto de crescente complexidade, condições indispensáveis para que se possam explorar as oportunidades abertas pela evolução para a “ sociedade de conhecimento”.</p> <p>Assegurar um crescimento mais rápido da economia portuguesa, que permita retomar a dinâmica de convergência(...)</p> <p>Assegurar um modelo de desenvolvimento que integre a protecção do ambiente numa sociedade em que a protecção do ambiente assenta sobretudo na prevenção e valorização e em que o património natural seja assumido como valor a evidenciar e factor de diferenciação positivo</p> <p>Reduzir o impacto negativo do posicionamento periférico de Portugal na Europa, actuando ao nível das redes, dos sistema urbano e da competitividade e atractividade das cidades e áreas metropolitanas, assegurando uma melhor articulação das políticas e instrumentos de ordenamento do território conducente à salvaguarda do seu valor estratégico no longo prazo, ao mesmo tempo que se promovem padrões mais elevados de qualidade de vida em todo o território nacional</p> <p>Assegurar que as Instituições responsáveis pela satisfação de necessidades básicas na área da saúde, educação, formação e segurança social sejam capazes de suportar o choque do “ envelhecimento da população e do amadurecimento etário da população activa hoje residente, num quadro de coesão e equidades sociais, sem provocarem um descontrolo das finanças públicas e uma carga adicional de impostos</p> <p>Compreende a cooperação internacional em torno da sustentabilidade global, aprofundando o relacionamento externo de Portugal com algumas regiões que se revestem de interesse prioritário para afirmação de Portugal no mundo, e contribuir de forma empenhada para os esforços crescentes da comunidade internacional no sentido da construção da paz, da sustentabilidade dos ecossistemas e do equilíbrio ambiental do planeta no seu todo.</p>

Quadro n.º 11 Fonte: ENDS – Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2015). Autores: Isabel Almeida Mota, Mário Pinto, Jorge Vasconcelos e Sá, Viriato Soromenho Marques, José Félix Ribeiro.



4.9 - PLANO DE ACÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE – PAIPDI

O QUE É:	OBJECTIVOS DO PLANO:
Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2006. DR 183 SÉRIE I de 2006 – 09 – 21, o 1.º Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade traduz o objectivo do Ministério do trabalho e da Solidariedade Social que consiste em promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiências e garantir o acesso a um conjunto de bens e serviços disponíveis à sociedade em geral, de forma a permitir a sua plena participação, através de políticas integradoras e práticas sustentadas..	<ol style="list-style-type: none">1- Promoção dos direitos humanos e do exercício da cidadania.2- Integração das questões da deficiência e da incapacidade nas políticas sectoriais.3- Acessibilidade a serviços, equipamentos e produtos.4 – Qualificação, formação e emprego das pessoas com deficiências ou incapacidades.5- Qualificação de recursos /formação dos profissionais e conhecimento estratégico.

Quadro n.º 12 Fonte: PAIPDI (2006-2009) – Apresentação em Conferência de Imprensa, 1 de Fevereiro/2006.



4.10. - PLANO NACIONAL DE SAÚDE (2004- 2010)	
O QUE É:	OBJECTIVOS S ESTRATÉGICOS:
<p>Instrumento de gestão, com orientações estratégicas destinadas a sustentar (política, técnica e financeiramente) o Sistema Nacional de Saúde.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Obter ganhos na saúde, aumentando o nível de saúde nas diferentes fases do ciclo de vida e reduzindo o peso da doença. - Utilizar instrumentos necessários, num contexto organizacional adequado, nomeadamente centrando a mudança no cidadão, capacitando o sistema de saúde para a inovação e reorientando o sistema prestador de cuidados. - Garantir os mecanismos adequados para a efectividade do plano, através de uma cativação de recursos adequada, promovendo o diálogo intersectorial, adequando o quadro de referência legal e criando mecanismos de acompanhamento e actualização do Plano.
ESTRATÉGIAS DE ACÇÃO	
<ol style="list-style-type: none"> 1) Estratégias Gerais: Prioridade aos mais pobres 2) Estratégia para obter mais saúde para todos – abordagem centrada na família e n ciclo de vida, abordagem à gestão integrada da doença. 3) Estratégia para a gestão da mudança- Mudança centrada no cidadão, capacitar o sistema de saúde para a inovação, reorientar o sistema de saúde, acessibilidade e racionalidade da utilização do medicamento. 4) Estratégia para Garantir a execução do Plano – Acompanhamento do Plano, cativação de recursos, diálogo, quadro de referencia legal. <p>Na sequência deste Plano foi criada a Rede Nacional de Cuidados Continuados. A mesma foi publicada em Diário da Republica dia 6 de Junho de 2006 (Decreto – Lei nº 101/2006). Esta Rede tem como principal objectivo apoiar e reforçar as respostas já existentes, alargando as redes comunitárias de apoio para a prática integrada desses cuidados através da promoção da necessária articulação entre Centros de Saúde, Hospitais, Unidades especificamente dedicadas aos cuidados continuados e paliativos, serviços e Instituições de Apoio Social.</p> <p>Os Cuidados Continuados Integrados compreendem:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) A Reabilitação, a readaptação e a reintegração Social; b) A provisão e manutenção do conforto e qualidade de vida, mesmo em situações irreversíveis. <p>A Rede prevê diferentes tipos de Unidades e Equipas para a prestação de cuidados de saúde e ou apoio social, sendo estas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Unidades de Internamento que incluem as: <ol style="list-style-type: none"> a) Unidades de Convalescença. b) Unidades de Média Duração e Reabilitação. c) Unidades de Longa Duração e Manutenção. d) Unidade de Cuidados Paliativos. 2) A Unidade de Ambulatória é constituída pela Unidade de Dia e Promoção da Autonomia, em que são equipas hospitalares as: <ol style="list-style-type: none"> a) Equipas de Gestão de Alta. b) Equipas Intra-Hospitalares de suporte de cuidados paliativos. <p>Esta Rede organiza-se em dois níveis territoriais de operacionalização, regional e local. O ingresso na Rede é efectuado através da proposta das equipas prestadoras de cuidados continuados integrados ou de equipas de gestão de altas, na decorrência de diagnóstico da situação de dependência.</p>	

Quadro n ° 13 Fonte: Plano Nacional de Saúde (2004-2010)- Volume I – Prioridades. M



5 - DEMOGRAFIA



A análise demográfica do concelho só pode ter como referencia os dados definitivos dos Censos de 2001 e os dados provisórios do Instituto Nacional de Estatística.

ESTRUTURA TERRITORIAL

Mirandela	Cidades Estatísticas		Vilas	Freguesias	
	Total	População Residente		Total	Área Média ha
	1	10780		1	37

Quadro n.º 14 Fonte: INE. Estimativas Anuais da População Residente (2008)

O Concelho de Mirandela pertence à NUTIII de Alto Trás-os-Montes e Alto Douro. Está integrado no Distrito de Bragança, ocupando uma área total de 658.4 Km², distribuída por trinta e sete Juntas de Freguesia, uma das quais com sede em Vila (Dona Chama) e a cidade de Mirandela.

O concelho de Mirandela faz fronteira a Norte com o concelho de Vinhais, a Este com o de Macedo de Cavaleiros, a Sudoeste com Alfândega da Fé, a Sul com Vila Flor e Carrazeda de Ansiães, a Sudoeste com Murça e a Oeste com Valpaços, estes últimos do distrito de Vila Real.

Ao nível da densidade populacional Mirandela apresenta um valor superior se comparado à Região de Trás-os-Montes e Alto Douro e o valor mais elevado do Distrito de Bragança, como podemos verificar no quadro que se segue.

DENSIDADE POPULACIONAL

Área Geográfica	Densidade Populacional Hab/Km ² 2007	Densidade Populacional Hab/Km ² 2008
Portugal	115,3	115,4
Continente	113,8	113,9
Norte	176,0	176,0
Alto – Trás- os- Montes	26,5	26,2
Carrazeda de Ansiães	24,7	24,2
Freixo de Espada à Cinta	15,9	15,7
Torre de Moncorvo	16,9	16,6
Vila Flor	28,4	28,0
Alfandega da Fé	16,9	16,7
Bragança	29,4	29,3



Macedo de Cavaleiros	24,2	24,0
Miranda do Douro	15,2	15,0
Mirandela	38,8	38,6
Mogadouro	13,8	13,57
Vimioso	10,2	10,09
Vinhais	13,8	13,51

Quadro n.º 22 Fonte: INE. Estimativas Anuais da População Residente (2007/2008)

POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO O SEXO

Lugares	Indicadores		
	TOTAL	H	M
Portugal	10 617 575	5 138 807	5 478 768
Norte	3 745 439	1 811 166	1 934 273
Alto – Trás-os Montes	214 460	103 877	110 583
Carraceda de Ansiães	6 744	3 200	3 544
Freixo de Espada à Cinta	3 834	1 868	1 966
Torre de Moncorvo	8 829	4 182	4 647
Vila Flor	7 432	3 637	3 795
Alfandega da Fé	5 368	2 676	2 692
Bragança	34 375	16 590	17 785
Macedo de Cavaleiros	16 766	7 927	16 63
Miranda do Douro	7 295	3 615	3 680
Mirandela	25 458	12 341	13 117
Mogadouro	10 289	5 088	5 201
Vimioso	4 857	2 380	2 477
Vinhais	9 388	4 572	4 816

Quadro n.º 16 Fonte: INE. Estimativas Anuais da População Residente (2008)

População, segundo o Sexo - Mirandela

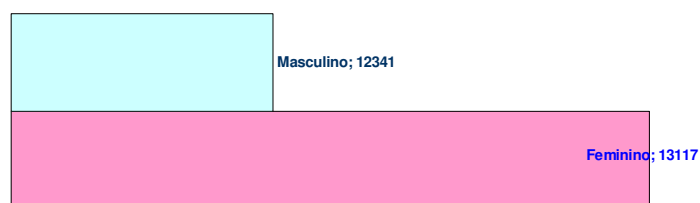


Gráfico n.º 1



População Residente, Segundo o Sexo - Portugal

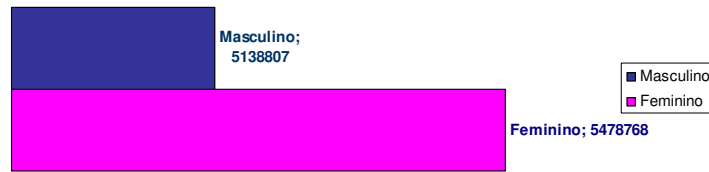


Gráfico n ° 2

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE MIRANDELA DE 1981 A 2008

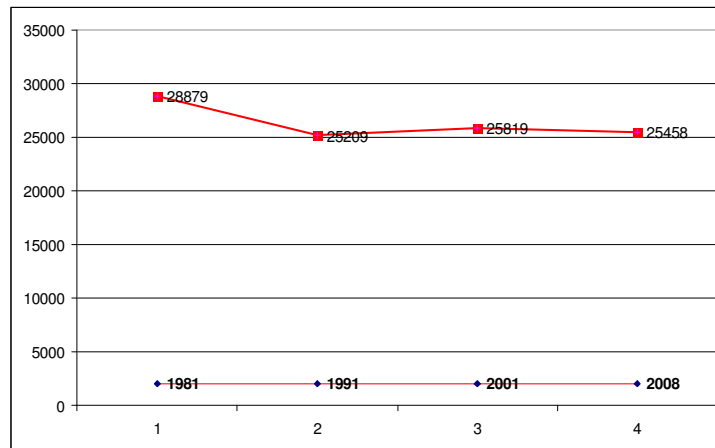


Gráfico n ° 3

De acordo com os dados provisórios do INE (2008) a população residente do concelho de Mirandela é de 25458 de entre os quais 12389 são do sexo masculino e 13170 do sexo feminino, acompanhando a tendência a nível nacional na medida em que a população residente do sexo feminino é superior à sexo masculino. Se tivermos em conta os dados dos Censos de 2001, verifica-se uma tendência para decréscimo populacional (**2001:** 25819, **2008:** 25458), contrariando a tendência verificada na década de 1991-2001 onde se verificou um acréscimo populacional para o concelho de Mirandela.

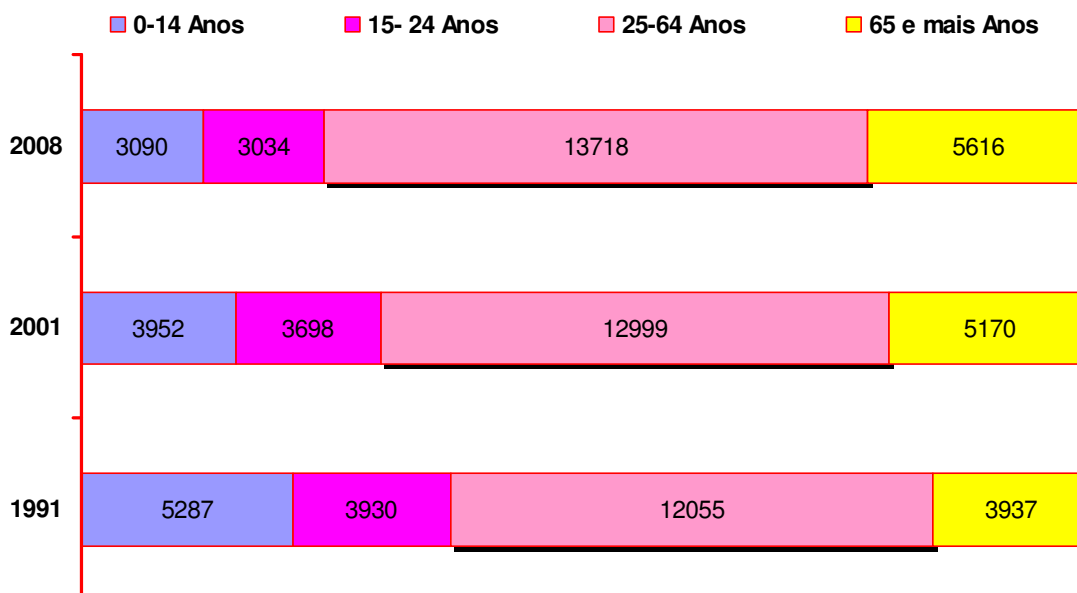


POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO O SEXO

Lugares	Indicadores		
	TOTAL	H	M
Portugal	10 617 575	5 138 807	5 478 768
Norte			
Alto – Trás-os Montes	214 460	103 877	110 583
Carraceda de Ansiães	6744	3200	3544
Freixo de Espada à Cinta	3834	1868	1966
Torre de Moncorvo	8829	4182	4647
Vila Flor	7432	3637	3795
Alfandega da Fé	5368	2676	2692
Bragança	34375	16590	17785
Macedo de Cavaleiros	16766	7927	1663
Miranda do Douro	7295	3615	3680
Mirandela	25458	12341	13117
Mogadouro	10289	5088	5201
Vimioso	4857	2380	2477
Vinhais	9388	4572	4816

Quadro n.º 17 Fonte: INE. Estimativas Anuais da População Residente (2008)

REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXAS ETÁRIAS, POR COMPARAÇÃO (1991 – 2001/2001 – 2008)





REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXAS ETÁRIAS:

- Quanto à repartição da população por grupos etários e, de acordo com os dados disponíveis dos censos de 1991 e 2001, verificamos que houve uma descida da população residente com menos de 14 anos, coincidindo com uma variação negativa de 25,3%, havendo por outro lado, uma subida da população residente com mais de 65 anos. Convém salientar que a população idosa em Mirandela representa 20%, no país o peso deste grupo em 2001 é de 16,4%.

Se compararmos os dados de 1991/2001 com os dados provisórios (2008), verifica-se que continua a existir a tendência para a descida da população nas faixas etárias dos 0 aos 14 anos, continuando a assumir uma variação negativa. Embora a faixa etária dos 25 aos 64 anos não assuma uma variação negativa, existe a tendência para a diminuição deste contingente populacional e um aumento da população com mais de 65 anos de idade.

VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE / 1991 – 2001 e 2001 – 2008)

Indicador	1991	2001	Variação da População. 1991-2001	2008	Variação da População – 2001 - 2008
População Residente com menos de 14 anos	5287	3952	- 25,3%	3090	- 27,9 %
População residente dos 15 aos 24 anos.	3930	3698	- 5,9%	3034	- 17,9 %
População residente dos 25 aos 64 Anos	12055	12999	7,8%	13718	5,2 %
População residente com mais de 65 Anos.	3937	5170	31,3%	5616	42,6 %

Quadro n.º18



POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO OS GRANDES GRUPOS ETÁRIOS

Lugares	INDICADORES											
	0-14 Anos			15-24			25-64			65 E mais anos		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Norte	584 267	299 760	284 507	458 624	233 654	224 970	2122116	1037448	1084 668	580432	240304	340128
Alto Trás-os-Montes	24113	12318	11795	24498	12353	12145	113808	56866	56942	52041	22340	29701
Carrazeda de Ansiães	711	351	360	711	360	351	3403	1697	1716	1919	802	1117
Freixo de Espada à Cinta	422	230	192	386	195	191	1808	914	894	1218	529	689
Torre de Moncorvo	833	400	433	965	465	500	4343	2196	2147	2688	1121	1567
Vila Flor	801	429	372	814	393	421	4001	2039	1962	1816	776	1040
Alfandega da Fé	556	255	301	573	306	267	2744	1423	1321	1495	692	1321
Bragança	4359	2242	2117	3769	1870	1899	19086	9395	9691	7161	3083	4078
Macedo de Cavaleiros	1914	979	935	1961	948	1013	8833	4337	4496	4058	1663	2395
Miranda do Douro	723	384	339	671	327	344	3711	1893	344	2190	1011	1179
Mirandela	3090	1600	1490	3034	1534	1500	13718	6817	6901	5616	2390	3226
Mogadouro	1017	521	496	1098	579	519	5263	2697	2566	2911	1291	1620
Vimioso	434	213	221	495	265	230	2301	265	1126	1627	727	900
Vinhais	787	413	374	888	433	455	4577	2366	2211	3136	1360	1776

Quadro n.º 19 Fonte: INE. Estimativas Anuais da População Residente (2008)



INDICES DE DEPENDENCIA E INDICE DE ENVELHECIMENTO

Lugares	Total	Índices de Dependência -		Índice de Envelhecimento	
		Jovens	Idosos		
Portugal	HM	49,1	22,8	26,3	115,5
	H	45,8	23,6	22,2	94,0
	M	52,3	21,9	30,3	138,1
Norte	HM	45,1	22,6	22,5	99,3
	H	42,5	23,6	18,9	80,2
	M				
Carrazeda de Ansiães	HM	63,9	17,3	46,7	269,9
	H	56,3	17,2	39,2	228,5
	M	71,5	17,4	54,0	310,3
Freixo de Espada à Cinta	HM	74,8	19,2	55,5	288,6
	H	68,4	20,7	47,7	230,0
	M	81,2	17,7	63,5	358,9
Torre de Moncorvo	HM	66,3	15,7	50,6	322,7
	H	57,2	15,0	42,1	280,3
	M	75,6	16,4	59,2	361,9
Vila Flor	HM	54,4	16,6	37,7	226,7
	H	49,6	17,6	31,9	180,9
	M	59,3	15,6	43,6	279,6
Alto Trás-os-Montes	HM	55,1	17,4	37,6	215,8
	H	50,1	17,8	32,3	181,4
	M	60,1	17,1	43,0	251,8
Alfândega da Fé	HM	61,8	16,8	45,1	268,9
	H	54,8	14,8	40,0	271,4
	M	69,5	19,0	50,6	266,8
Bragança	HM	50,4	19,1	31,3	164,3
	H	47,3	19,9	27,4	137,5
	M	53,5	18,3	35,2	192,6
Macedo de Cavaleiros	HM	55,3	17,7	37,6	212,0
	H	50,0	18,5	31,5	169,9
	M	60,5	17,0	43,5	256,2
Miranda do Douro	HM	66,5	16,5	50,0	302,9
	H	62,8	17,3	45,5	263,3
	M	70,2	15,7	54,5	347,8
Mirandela	HM	52,0	18,5	33,5	181,8
	H	47,8	19,2	28,6	149,4
	M	56,1	17,7	38,4	216,5
Mogadouro	HM	61,8	16,0	45,8	286,2
	H	55,3	15,9	39,4	247,8
	M	68,6	16,1	52,5	326,6
Vimioso	HM	73,7	15,5	58,2	374,9
	H	65,3	14,8	50,5	341,3
	M	82,7	16,3	66,4	407,2
Vinhais	HM	71,8	14,4	57,4	398,5
	H	63,3	14,8	48,6	329,3
	M	80,7	14,0	66,6	474,9

Quadro n.º 20 Fonte:

Quadro n.º 20 Fonte: INE. Estimativas Anuais da População Residente (2008)



INDICES DE ENVELHECIMENTO NO DISTRITO DE BRAGANÇA

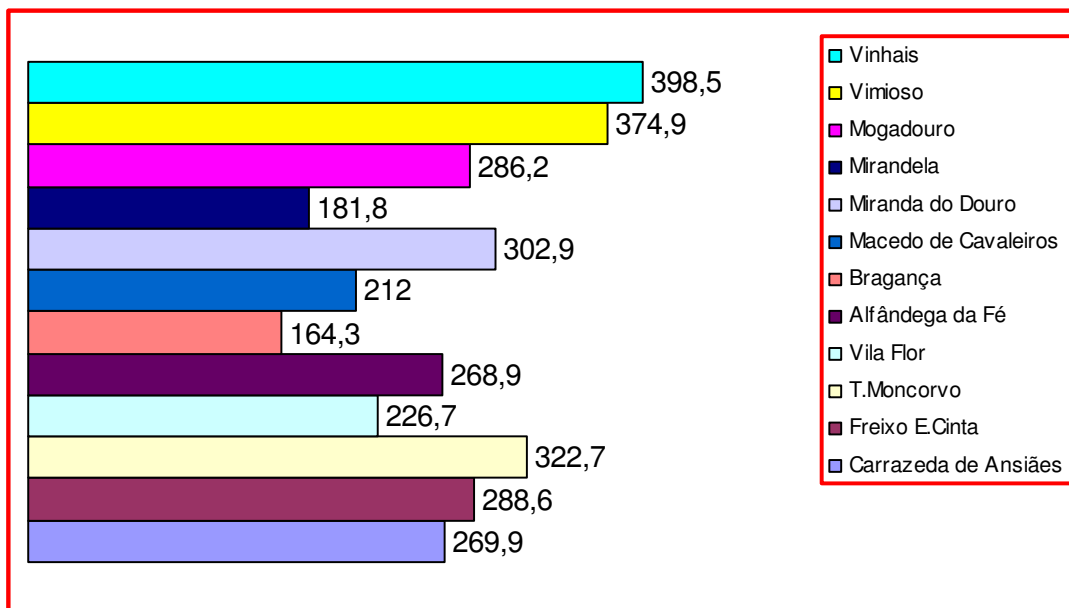


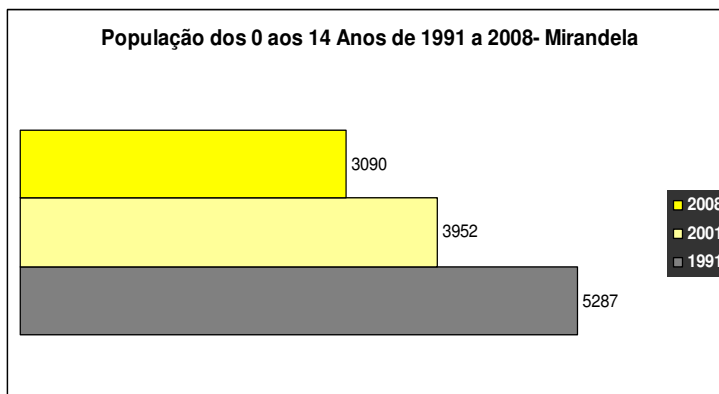
Gráfico n.º 5

No Concelho de Mirandela, o número de indivíduos com idade igual ou inferior a 14 anos tem descido consideravelmente, vejamos através do seguinte quadro:

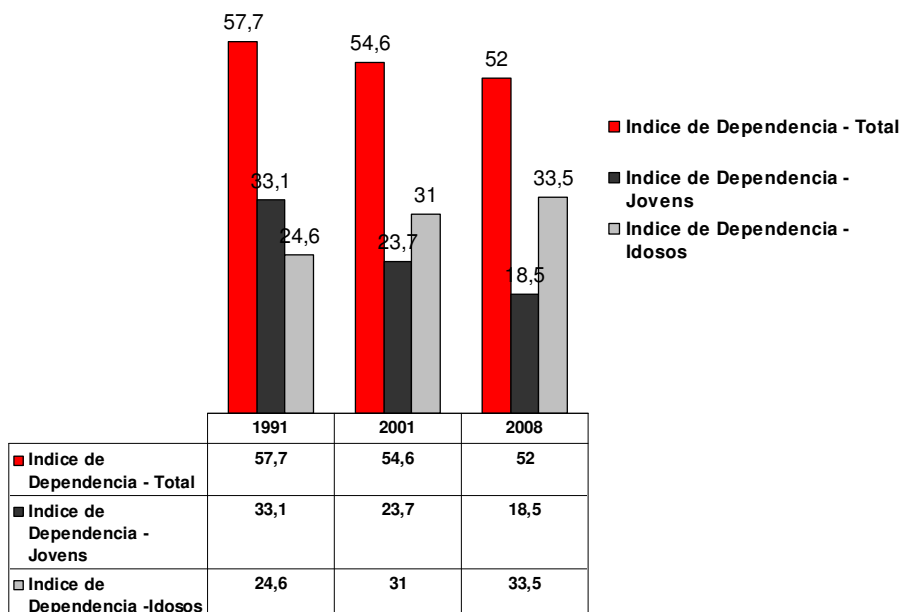
POPULAÇÃO RESIDENTE DOS 0 AOS 14 ANOS (1991/2001/2008)

ANOS	0 – 14 Anos
1991	5287
2001	3952
2008	3090

Quadro n.º 21



Índice de Dependência no Concelho de Mirandela



Ao nível do **Índice de Dependência dos Jovens** verifica-se que Mirandela tem um valor abaixo da média nacional. Pelo contrário, o índice de dependência dos idosos está acima da média nacional conforme consta na tabela anterior.

De facto de 1991 para 2008 e relativamente ao total da população, a proporção dos jovens (com menos de 15 anos de idade), tem vindo a reduzir-se como se pode verificar através do quadro acima indicado, em simultâneo com um aumento da proporção da população idosa (65 e mais anos de idade). A conjugação de ambas as tendências consubstancia-se num continuado envelhecimento da população, tendo o índice de envelhecimento aumentado significativamente.

O **Índice do Envelhecimento**, tal como tem vindo a ser a tendência ao longo das décadas, encontra-se acima da média nacional.

O Índice de envelhecimento a nível distrital é mais elevado nos concelhos de Vinhais, Vimioso, Torre de Moncorvo e Miranda do Douro.



INDICADORES DEMOGRAFICOS

Localidades	Nados Vivos Fora do Casamento com Coabitação dos Pais. (%)	Nados Vivos Fora do Casamento.	Proporção de Casamentos Católicos.	Mulheres em idade fértil na população residente feminina. (%)
Portugal	80,6	36,2	44,4	47,0
Norte	75,3	26,3	54,7	49,4
Trás-os-Montes e Alto Douro	81,9	29,0	44,2	43,7
Carrazeda de Ansães	75,0	26,7	28,6	39,4
Freixo de Espada à Cinta	100,0	45,5	38,5	36,8
Torre de Moncorvo	78,6	29,8	14,3	38,7
Vila Flor	100,0	27,0	50,0	
Alfândega da Fé	70,0	33,3	61,9	40,6
Bragança	80,5	31,1	45,8	44,6
Macedo de Cavaleiros	81,5	26,7	49,2	43,9
Miranda do Douro	83,3	38,3	68,4	38,5
Mirandela	82,6	27,1	44,4	45,4
Mogadouro	92,3	33,3	51,4	
Vimioso	100,0	31,0	63,2	36,6
Vinhais	85,7	32,6	30,3	36,4

Quadro n.º 22 Fonte: INE. Estimativas Anuais da População Residente (2008)

Localidade	Taxa Bruta de Natalidade	Taxa Bruta de Mortalidade	Taxa Bruta de Nupcialidade	Taxa de Crescimento Efectivo	Taxa de Crescimento Natural	Taxa de Fecundidade
Portugal	9,8	9,8	4,0	0,08	0,00	40,3
Norte	9,2	8,4	4,6	0,01	0,09	36,1
Trás-os-Montes e Alto Douro	6,0	12,6	4,4	-0,83	-0,66	26,6
Carrazeda de Ansães	4,4	19,1	3,1	-2,21	-1,47	21,3
Freixo de Espada à Cinta	8,5	24,3	3,4	-1,50	-1,58	45,3
Torre de Moncorvo	5,3	17,2	1,6	-1,71	-1,16	25,9
Vila Flor	4,9	17,0	4,0	-1,52	-1,20	21,7
Alfândega da Fé	5,5	15,4	3,9	-1,44		
Bragança	8,1	10,9	4,6	-0,33	-0,28	34,2
Macedo de Cavaleiros	6,0	11,4	3,6	-0,78	-0,54	25,9
Miranda do Douro	6,4	13,5	2,6	-1,39	-0,71	32,8
Mirandela	6,7	10,4	3,9	-0,40	-0,37	28,4
Mogadouro	3,8	16,0	3,6	-1,65	-1,22	18,2
Vimioso	5,9	16,6	3,9	-1,17	-1,06	31,7



Vinhais	4,5	16,9	- 1,95	-1,23	24,3	24,3
----------------	-----	------	--------	-------	------	------

Quadro n.º 22.1 Fonte: INE. Estimativas Anuais da População Residente (2008)

A taxa de crescimento natural no concelho de Mirandela é negativa (- 0,37) assim como em todos os concelhos do distrito, não acompanhando a tendência a nível nacional, o do Norte com um valor positivo embora baixo. Os piores valores encontram-se nos concelhos de Freixo de Espada à Cinta e Carraceda de Ansiães.

Acompanhando a tendência a nível nacional, Mirandela tem uma taxa de mortalidade superior à taxa de natalidade. A taxa de Fecundidade do concelho em análise está muito abaixo da média a nível nacional. A taxa de natalidade tem vindo a descer ao longo dos anos. Segundo o resultado das projecções da população residente em Portugal entre 2000- 2050, prevê-se que o número de idosos ultrapasse o número de jovens. As principais razões para o decréscimo da taxa de natalidade poderá ter a ver com o declínio da fertilidade e adiamento da maternidade, factores a que não ficam alheias as condicionantes económicas.

INDICADORES DE ANÁLISE

Área Geográfica	Indicadores		
	Crescimento Populacional (%)		Saldo Migratório 1992- 2001 (milhares de indivíduos)
	1991-2001	2001-2006	
Portugal	3,7	2,6	259, 8
Região Norte	4,4	2,1	35,7
Alto Trás-os-Montes	- 6,7	- 1,3	- 4,9
Alfandega da Fé	- 13,4	- 5,6	- 0,5
Boticas	- 20,8	- 5,7	- 0,9
Bragança	3,4	0,3	1,9
Chaves	4,8	2,2	3,1
Macedo de Cavaleiros	- 9,4	- 1,4	- 1,2
Miranda do Douro	- 8,8	- 5,6	- 0,2
Mirandela	0,8	0,2	0,7
Mogadouro	- 9,5	- 4,2	- 0,3
Montalegre	- 19,1	- 5,8	- 1,6
Murça	- 10,5	- 4,7	- 0,4
Valpaços	- 15,2	- 1,8	- 2,1
Vila Pouca de Aguiar	- 13,6	1,1	- 1,7
Vimioso	- 17,6	- 4,6	- 0,5
Vinhais	- 18,0	- 6,5	- 1,2

Quadro n.º 23 Fonte: INE. Estimativas Anuais da População Residente (2008).

Fonte: INE. Estimativas Anuais da População Residente (2007)



AREA SECTORIAL: DEMOGRAFIA/ POPULAÇÃO

TENDÊNCIAS:

- Índice de Envelhecimento acima da media nacional;
- Despovoamento e desertificação nas zonas rurais,
- Diminuição da população residente nas zonas rurais.
- Aumento do Índice de Envelhecimento ao longo dos tempos.
- Taxa de mortalidade superior à taxa de natalidade.
- Taxa de crescimento natural negativa,



6 - EDUCAÇÃO



EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

A educação pré-escolar destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos, antecedendo a entrada oficial na escolaridade obrigatória. É de frequência facultativa e é ministrada em jardins-de-infância públicos e privados.

Ao nível do **ensino pré-escolar público**, verifica-se que ao mesmo tempo que tem vindo a diminuir (**2007/2008**: 263; **2008/2009**: 236; **2009/2010**: 204:), o mesmo é mais frequentado pelo ensino privado, nomeadamente por Instituições de Solidariedade Social, como poderemos verificar através dos dados que se seguem.

N ° DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E N ° DE ALUNOS, SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO MINISTRADO E A NATUREZA INSTITUCIONAL

Unidade Territorial	Educação Pré-Escolar			
	Estabelecimento de Ensino Público N °	N ° de Alunos	Estabelecimento de Ensino Privado N °	N ° de Alunos
Portugal	4684	138 168	2172	125 719
Norte	1934	55 555	614	37 072
Alto – Trás-os Montes	150	2380	36	1851
Carrazeda de Ansiães	5	46	2	77
Freixo de Espada à Cinta	3	38	2	30
Torre de Moncorvo	11	155	1	17
Vila Flor	10	87	1	26
Alfândega da Fé	7	203	1	522
Bragança	9	212	8	144
Macedo de Cavaleiros	17	109	2	24
Miranda do Douro	3	109	1	24
Mirandela	22	263	5	345
Mogadouro	6	112	1	58
Vimioso	5	92	0	0
Vinhais	8	97	1	26

Quadro n ° 24 Fonte: INE. Estimativas Anuais da População Residente (2008)



Vejamos, os dados mais actualizados na área da educação:

**REDE DE ENSINO PRÉ – ESCOLAR
PÚBLICO**

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS LUCIANO CORDEIRO			
ANO LECTIVO DE 2008-2009		ANO LECTIVO DE 2009- 2010	
LOCALIDADE	N ° DE ALUNOS	N ° DE ALUNOS	N ° DE SALAS
Abreiro	5	5	1
Avidagos	7	8	1
Cabanelas	6	7	1
Cachão	8	2	1
Carvalhais	44	47	2
Frechas	13	12	1
Lamas de Orelhão	5	8	1
Mascarenhas	11	11	1
Mirandela	72	60	3
Passos	7	6	1
Romeu	11	8	1
Valverde	7	4	1
Total	196	178	15
AGRUPAMENTO DA TORRE DE DONA CHAMA			
ANO LECTIVO DE 2008 - 2009		ANO LECTIVO DE 2009- 2010	
LOCALIDADE	N ° DE ALUNOS	N ° DE ALUNOS	N ° DE SALAS
Vale de Gouvinhas	6		
Torre de Dona Chama	11	9	1
Vale de Salgueiro	6	4	1
Vale de Telhas	7	4	1
Soutilha	4	4	1
São Pedro Velho	6	5	1
Total	40	26	5

Quadro n ° 25



REDE DE ENSINO PRÉ – ESCOLAR PRIVADO

ANO LECTIVO DE 2008 - 2009		ANO LECTIVO DE 2009- 2010
INSTITUIÇÃO	N ° DE ALUNOS	N ° DE ALUNOS
Infantário O Miminho	125	120
Infantário Arco Íris	74	69
Nuclisol – Jean Piaget	55	61
Colégio Nossa Senhora do Amparo	75	75
Colégio da Torre de Dona Chama	13	14
Total	342	339

Quadro n ° 26

REDE ESCOLAR – 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

EVOLUÇÃO DO N ° DE ALUNOS DO 1º CICLO DE ENSINO BÁSICO

Ano Lectivo	Agrupamento de Escolas de Carvalhais	Agrupamento de Escolas Luciano Cordeiro	Agrupamento de Escolas da Torre de Dona Chama	Total
2005 - 2006	193	690	136	1019
2008-2009		756	121	877

Quadro n ° 27 Fonte: Sistema de Informação da Rede Social de Mirandela.

ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO ANO LECTIVO DE 2009 - 2010

	LOCALIDADES	N ° DE ALUNOS	N ° DE SALAS
AGRUPAMENTO ESCOLAS LUCIANO CORDEIRO	Mirandela n° 1	96	4
	Mirandela n° 2	88	4
	Mirandela n° 3	111	5
	Mirandela n° 4	75	4
	Mirandela n° 5	106	4
	Abreiro	14	2
	Cachão	14	2
	Carvalhais	161	10
	Frechas	24	2
	Lamas de Orelhão	11	1
	Romeu	14	1
	São Pedro Vale do Conde	16	2
	Suçães	12	2
	Pereira	7	1
AGRUPAMENTO DA TORRE DE DONA CHAMA	Torre de Dona Chama	89	6
	Vale de Salgueiro	11	2
	Total	849	52

Quadro n ° 28



O número de estabelecimentos do 1º ciclo em 2005-2006 era de 20, actualmente (2009-2010), não existindo nenhuma escola com menos de 10 alunos. Relativamente ao nível do número de alunos, verifica-se que houve uma diminuição.

Ao nível do género, verifica-se que existe uma prevalência do sexo masculino em detrimento do sexo feminino. No agrupamento de Escola Luciano Cordeiro (no ano lectivo de 2008-2009) a percentagem de alunos a frequentar o 1º ciclo do ensino básico do sexo feminino era de 49, 3% e 50, 7 % do sexo masculino. No Agrupamento da Torre de Dona Chama a percentagem de alunos do sexo masculino era de 56,2% e do sexo feminino de 43,8 %.

2º, 3º E ENSINO SECUNDÁRIO REGULAR E OFERTA FORMATIVA

Nº DE ALUNOS NO 2º, 3º CICLO, SECUNDÁRIO A FREQUENTAR O ENSINO REGULAR. ANO LECTIVO DE 2008-2009

Agrupamentos Escolas	2º Ciclo				3º Ciclo						Secundário					
	5º		6º		7º		8º		9ª		10º		11º		12º	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
EB 2 e 3 Luciano Cordeiro	122	99	130	107	31	37	15	25	10	26						
EB 2 e 3 Torre de Dona Chama	25	21	30	31												
Escola Secundária					75	83	76	85	75	66	71	70	48	99	60	85
Externato Liceal da Torre de Dona Chama					33	20	31	20	22	27	22	13	7	22	15	23
Total	147	120	160	138	139	140	122	130	107	119	93	83	55	121	75	108

Quadro n.º 29 Fonte: Equipa de Apoio às Escolas do Noroeste Terra Quente e Baixo Sabor. Externato Liceal da Torre de Dona Chama.



**NOVAS OPORTUNIDADES- Escolas Públicas
(inclui CEF'S/ Cursos Profissionais/ EFA'S)**

Caracterização – Ano Lectivo 2008-2009

Escolas/ Agrupamentos	N ° de Cursos	N ° de Alunos	Alunos - Sexo Masculino	Alunos - Sexo Feminino
EB 2 e 3 da Torre de Dona Chama	1	11	5	6
E B 2 e 3 Luciano Cordeiro	3	49	33	16
Escola Secundária	9	137	81	56
Externato Liceal da Torre de Dona Chama	3	37	25	12
Total	16	234	144	90

Quadro n ° 30 Fonte: EAE Terra Quente e Baixo Sabor. /Externato Liceal da Torre de Dona Chama.

**CARACTERIZAÇÃO DOS ALUNOS DO 2º, 3º E SECUNDÁRIO –
ENSINO REGULAR / OFERTA FORMATIVA
ANO LECTIVO 2009 – 2010**

Anos Lectivos		Agrupame nto Escolas Luciano Cordeiro	Agrupamento Vertical de Escolas da Torre de Dona Chama	Escola Secundária	Colégio da Torre de Dona Chama
Ensino Regular	5º Ano	245	48	-	-
	6º Ano	215	48	-	-
	7º Ano	65	-	188	62
	8º Ano	39	-	140	53
	9º Ano	25	-	174	44
	10º Ano	-	-	159	40
	11º Ano	-	-	145	31
	12º Ano	-	-	122	30
Ofertas Formativas (Novas Oportunidades)	CEF	65	-	43	10
	Profissionais	-	-	111	26
	EFA	-	12	12	-
	Alfabetização	22	-	-	-
Total		676	108	1094	296

Quadro n ° 31 Fonte: EAE Terra Quente e Baixo Sabor

Ao nível do Ensino nocturno funciona na Escola Secundária o Ensino Secundário por módulos capitalizáveis (os mesmos cursos do Ensino Secundário Regular Diurno) e Cursos de Educação e Formação de Adultos – EFA – Nível Secundário, tipo A



**OFERTA FORMATIVA EM MIRANDELA NAS ESCOLAS DO CONCELHO
2009-2010**

ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE CARVALHAIS
CEF
Operador de Sistemas Ambientais (Tipo 2) Nível III – 1º Ano
Operador de Sistemas Ambientais (Tipo 3) Nível III – 1º Ano
Operador de Jardinagem e Floricultura (Tipo 2) Nível III – 2º Ano
Operador de Jardinagem e Floricultura (Tipo 2) Nível III – 1º Ano
Cursos Profissionais
Técnico de Gestão do Ambiente Nível III (3º Ano)
Técnico de Produção Agrária – Nível III (3º Ano)
Técnico de Produção Agrária – Nível III (2º Ano)
Técnico de Higiene e Segurança no Trabalho e Ambiente Nível III (2º Ano)
Técnico de Protecção Civil Nível III (1º Ano)
Técnic de Viticultura e enologia – Nível III (1º Ano)
COLÉGIO DA TORRE DE DONA CHAMA
C.E.F.
Operador de Informática – T3
Cursos Profissionais
Técnico de Turismo – 1º ano
Técnico de Turismo – 2º ano
Técnico de Turismo Ambiental e Rural – 2º Ano
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS LUCIANO CORDEIRO
CEF
Electricidade e Instalação
Instalação e Operador de Sistema Informáticos
Práticas de Acção Educativa
ESCOLA SECUNDÀRIA DE MIRANDELA
CEF
Serralharia Civil
Operador de Informática
Electrónica e Manutenção
Técnicas de Secretariado
Cursos Profissionais
Técnico de Energias Renováveis – Sistemas Solares
Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos
Animador sócio - cultural
Técnico de Instalações Eléctricas
Técnico de Organização de Eventos

Quadro n º 32 Fonte: EAE Terra Quente e Baixo Sabor



Existe ainda a realçar, que no corrente ano lectivo, **o Instituto de Emprego e Formação Profissional de Mirandela**, vai implementar 3 cursos em Mirandela:

- **Cursos de Aprendizagem** — até aos 25 anos, entram com o 9º ano e saem com o 12º ano de escolaridade.

- Técnicas Comerciais

- **Curso de Formação de Jovens** até aos 23 anos – Nível 1 – do 6º ano para o 9º ano de escolaridade.

- Instalação e Operação de Sistemas Informáticos

- Curso de Animação Sócio – Cultural.

CENTROS DE FORMAÇÃO

Existem dois **Centros de Formação Profissional: Consultua e Gestitomé**.

A Gestitomé tem implementado vários cursos EFA'S na área de animação sócio cultural/Técnicas de Acção Educativa/Geriatria/Trabalho Social e Orientação e Apoio à Família e Comunidade e cursos modelares.

A Consultua é a Entidade Promotora do **Centro de Novas Oportunidades** no concelho, entrando em funcionamento desde Março de 2005. Funcionam como os agentes centrais da iniciativa Novas Oportunidades, já referenciadas anteriormente, que tem como principal objectivo aumentar o nível de qualificação da população até ao nível secundário.

Neste Centro é feito o Diagnóstico e encaminhamento dos adultos para respostas de qualificação mais adequadas ao perfil para o aumento das qualificações (Nível Básico: 4º, 6º e 9º ano; e Nível Secundário para o 12º ano).

A resposta da qualificação poderá ser Cursos EFA; Cursos CEF; Cursos Profissionais; Formações modulares; Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. Este ultimo é um sistema que permite que cada adulto possa requerer o reconhecimento, a validação e a certificação dos conhecimentos e competências que adquiriu ao longo da sua história de vida (pessoal, social e profissional) que irá demonstrar através de um portfólio reflexivo de aprendizagens, construído com o apoio de profissionais especializados, que o orientam neste processo. A certificação por este processo poderá ser parcial ou total, sendo neste caso, atribuído um certificado de habilitações escolares a nível básico (4º,6º e 9º ou nível secundário).



Segundo os dados disponíveis no site da consultua que datam de Dezembro de 2009, e segundo as estatísticas o n.º de adultos inscritos foram 5740, foram encaminhados 1025 e foram 1297 inscritos.

No ano de 2010, a Consultua tem em funcionamento três Cursos EFA (Electricista de Instalações, Serviço de Mesa, Técnico de Apoio à Gestão).

ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

N.º DE ALUNOS COM NECESSDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS, SEGUNDO O SEXO

Ciclos de Ensino	N.º de Alunos com NEE, segundo o sexo.	
	M	F
Jardins de Infância	Agrupamento de Escolas Luciano Cordeiro	
	4	0
1.º Ciclo do Ensino Básico	Agrupamento da Torre de Dona Chama	
	1	0
2.º Ciclo do Ensino Básico	Agrupamento de Escolas Luciano Cordeiro	
	20	14
3.º Ciclo do Ensino Básico	Agrupamento da Torre de Dona Chama	
	5	2
1.º Ciclo do Ensino Básico	Agrupamento de Escolas Luciano Cordeiro	
	17	6
2.º Ciclo do Ensino Básico	Agrupamento de Escolas da Torre de Dona Chama	
	12	8
3.º Ciclo do Ensino Básico	Externato Liceal da Torre de Dona Chama	
	4	5

Quadro n.º 33

Ao nível dos alunos com necessidades educativas especiais verifica-se que no ano lectivo de 2008-2009 o total da população era de 117 alunos (incluindo 8 alunos da Escola Secundária de Mirandela), sendo no 2.º ciclo que existe o maior número, seguido do 1.º ciclo do ensino básico, sendo menor no ensino secundário. Ao nível do género verifica-se que existem mais crianças com necessidades educativas especiais do sexo masculino.

Ao nível do número de professores / Educadores de Educação Especial nos jardins-de-infância e 1.º ciclo no Agrupamento de Escolas Luciano Cordeiro, existiam 15 Professores/Educadores a dar apoio e três professores no Agrupamento de Escolas da Torre de Dona. Convém salientar, que a partir do momento que a Educação Especial passou a ser enquadrada nas novas regras sobre a designação/alteração dos diversos



grupos disciplinares grupos de recrutamento, funciona como grupo de recrutamento, sendo transversais a todos os níveis de ensino. Ou seja, um docente de pré-escolar até ao secundário pode ter alunos dos jardins-de-infância, 1º ciclo, 2º e 3º ciclo ou secundário em simultâneo.

CENTRO DE RECURSOS TIC – MIRANDELA

Trata-se de um recurso existente no concelho que consiste na avaliação dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente para fins de adequação das tecnologias de apoio às suas necessidades específicas e na informação/ formação dos docentes, profissionais, auxiliares de educação e famílias sobre as problemáticas associadas aos diferentes domínios da deficiência ou incapacidade, para que estes profissionais e familiares possam desenvolver um trabalho, o mais adequado possível às limitações dos alunos.

Este Centro pertence ao Agrupamento de Escolas Luciano Cordeiro, está localizado em Carvalhais e a sua dinamização está a cargo de duas docentes de educação especial.

ESCOLAS PROFISSIONAIS - CARACTERIZAÇÃO

Escolas Profissionais do Concelho, segundo o n.º de salas e n.º de professores:

Escolas	N.º de Salas	N.º de Professores
Escola de Hotelaria e Turismo do Douro	5	18
Escola Profissional de Arte de Mirandela	26	42
Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais	11	20

Quadro n.º 34 Fonte: Escola de Hotelaria e Turismo do Douro; Escola Profissional de Arte de Mirandela; Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais. Dados referentes ao ano lectivo de 2008/2009.



Escola de Hotelaria e Turismo do Douro - N ° de Alunos por Sexo

Anos Lectivos	N ° de Alunos Por Sexo			Total
Anos Lectivos	Cursos	Sexo Masculino	Sexo Feminino	
2004-2005	Cozinha e Restaurante e Bar.	33	14	47
2005-2006	Cozinha e Restaurante e Bar	68	37	105
2006-2007	Cozinha e Restaurante e Bar	68	37	105
2007 – 2008	Cozinha e Restaurante e Bar	77	38	115
2008-2009	Cozinha e Restaurante e Bar	48	38	86

Quadro n ° 35 Fonte: Sistema de Informação da Rede Social de Mirandela. Dados Fornecidos pela Escola de Hotelaria e Turismo do Douro.

No ano lectivo de 2009-2010 a Escola tem 85 alunos com três cursos: Técnicas de cozinha/pastelaria (com 46 alunos): operações Turísticas e Hoteleiras (com 14 alunos) e o curso de Técnicas de Serviço de Restauração e Bebidas (com 25 alunos).

Tal como no ensino regular, existe uma maior prevalência dos alunos do sexo masculino em detrimento do sexo feminino.

ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE CARVALHAIS – N ° DE ALUNOS POR ANOS LECTIVOS E SEXO.

Anos Lectivos	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
2004-2005	50	21	71
2005-2006	33	15	48
2006-2007	26	16	42
2007 – 2008	36	30	66
2008-2009	72	48	120

Quadro n ° 36. Fonte: Sistema de Informação da Rede Social de Mirandela. Dados Fornecidos pela Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais.



ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE CARVALHAIS - ANO LECTIVO DE 2009 – 2010.

Cursos			Total
	F	M	
Viticultura e Enologia	14	14	28
Produção Agrária	15	10	25
Gestão Ambiente	5	9	14
Jardinagem Floricultura	2	10	12
Sistemas Ambientais	11	12	23
P. Civil	11	17	28
Higiene e Segurança no Trabalho	6	13	19
Educação e Formação de Adultos	4	6	10

Quadro n.º 37. Fonte: Sistema de Informação da Rede Social de Mirandela. Dados Fornecidos pela Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais. Ano Lectivo 2009-2010.

No ano lectivo de 2009-2010 existem 7 cursos, como podemos verificar na tabela anterior. Verifica-se nitidamente que o número de alunos nesta escola, assim como o número de cursos tem vindo a aumentar desde a realização do último diagnóstico.

ESCOLA PROFISSIONAL DE ARTE DE MIRANDELA

N.º DE ALUNOS, POR ANOS LECTIVOS, SEGUNDO O GENERO

Ano Lectivo	M	F	Total
2004-2005	67	41	108
2005-2006	73	40	113
2006-2007	69	46	115
2007-2008	76	52	128

Quadro n.º 38. Fonte: Sistema de Informação da Rede Social. Dados fornecidos pela Escola Profissional de Arte de Mirandela.

Tem havido um aumento do número de alunos ao longo dos anos lectivos, sendo que a taxa de abandono e insucesso escolar é de 0% quer para o ensino básico quer para o ensino secundário. A taxa de abandono escolar é de 0% e ao nível do abandono escolar para o ensino secundário é de 3, 28%. Vejamos, no quadro seguinte a caracterização desta escola:



N ° DE ALUNOS, SEGUNDO O GENERO NO ANO LECTIVO DE 2008/2009 DA ESCOLA PROFISSIONAL DE ARTE DE MIRANDELA

Anos	M	F	Total
Curso Básico de Instrumento – Nível 2			
7º Ano	12	10	22
8º Ano	9	14	23
9ª Ano	13	10	23
Curso Básico de Instrumento – Nível 3			
10º Ano	15	5	20
11º Ano	12	7	19
12º Ano	14	8	22

Quadro n ° 39. Fonte: Sistema de Informação da Rede Social. Dados fornecidos pela Escola Profissional de Arte de Mirandela.

TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA NO ENSINO BÁSICO, TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO, NO DISTRITO DE BRAGANÇA.

Área Geográfica	Taxa de retenção e desistência no ensino básico				Taxa de Transição/Conclusão no Ensino Secundário		
	Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Total	Cursos Gerais/ científico - humanísticos	Cursos Tecnológicos
Portugal	10,1	4,0	10,5	18,4	75,2	76,1	70,9
Norte	9,7	3,3	9,0	18,6	76,9	77,2	75,6
Alto – Trás-os Montes	12,1	4,1	10,3	22,2	70,0	70,5	65,2
Carrazeda de Ansiães	17,2	4,7	24,8	26,5	76,3	71,7	92,3
Freixo de Espada á Cinta	15,0	7,6	13,9	26,7	-	-	-
Torre de Moncorvo	15,1	1,8	10,8	30,9	54,8	54,8	-
Vila Flor	13,9	5,6	10,2	26,6	66,7	66,7	-
Alfândega da Fé	12,1	4,1	10,3	22,2	70,0	70,5	65,2
Bragança	7,8	2,6	9,4	13,0	72,1	73,1	62,6
Macedo de Cavaleiros	14,8	3,9	7,7	32,1	65,0	63,9	72,5
Miranda do Douro	7,4	0,4	4,7	16,5	75,7	75,7	75,0
Mirandela	15,7	4,5	11,1	30,4	65,8	65,7	100,0
Mogadouro	12,7	6,0	4,0	24,5	62,8	62,8	-
Vimioso	10,4	4,2	9,1	18,3	-	-	-



Vinhais	18,2	9,9	10,4	33,8	52,2	52,2	50,0
----------------	------	-----	------	------	------	------	------

Quadro n.º 40. Fonte: INE, Portugal, 2008, Anuário Estatístico da Região Norte 2007.

Ao nível das taxas de retenção e desistência no ensino básico, verifica-se que em 2007 o concelho de Mirandela se encontra acima do valor a nível nacional, sendo maior a retenção no terceiro ciclo do Ensino Básico. Esta tendência já era visível no outro diagnóstico social e na Carta Educativa. No entanto, apresenta-se em seguida os dados actualizados ao nível do insucesso e abandono escolar de todas as Escolas do concelho.



TAXAS DE INSUCESSO/ABANDONO ESCOLAR
ANO LECTIVO DE 2008-2009

Escolas	Ciclos de Ensino											
	2º Ciclo			3º Ciclo				Secundário				
	Taxa de Insucesso Escolar %	5º	6º	Media	7º	8º	9º	Media	10º	11º	12º	Media
Escola Secundária de Mirandela	Taxa de Insucesso Escolar %	-	-	-	14,8	1,4	5,7	7,6	13,0	16,3	28,3	19,3
	Taxa de Abandono Escolar %	-	-	-	1,2	0,0	2,1	1,0	6,8	8,0	4,8	6,6
Agrupamento Escolas Luciano Cordeiro	Taxa de Insucesso Escolar %	7,2	2,1	4,6	47,0	5,4	15,2	27,9				
	Taxa de Abandono Escolar %	0,0	0,0	0,0	1,3	2,3	2,5	1,8				
Agrupamento de Escolas da Torre de Dona Chama	Taxa de Insucesso Escolar %	4,2	5,0	4,6								
	Taxa de Abandono Escolar %	3,8	1,6	2,6								

Quadro n.º 41. Fonte: Equipa de Apoio às Escolas do Noroeste, Terra Quente e Baixo Sabor. – Não existe esse nível de ensino no Agrupamento escola/ Escola.

COLEGIO DA TORRE DE DONA CHAMA
ANO LECTIVO – 2008-2009

Escolas	Ciclos de Ensino								
		3º Ciclo				Secundário			
	Taxa de Insucesso Escolar %	7º	8º	9º	Media	10º	11º	12º	Media
Colégio da Torre de Dona Chama	Taxa de Insucesso Escolar %	2,12	3,92	10,2	3,95	0	0	6	15
	Taxa de Abandono Escolar %	5,6	0	6,12	3,95	0	0	0	0

Quadro n.º 42. Fonte: Colégio da Torre de Dona Chama/2009

SEGUNDO CICLO:

De uma forma geral a taxa de abandono escolar é sempre mais baixa que a taxa de insucesso escolar.

Quanto a este nível de ensino, verifica-se que a taxa de **abandono escolar** é de 0% no Agrupamento Escolas Luciano Cordeiro e de 2,6% no Agrupamento Escolas da Torre de Dona Chama.

Ao nível do **insucesso escolar**, assume o mesmo valor nos dois agrupamentos escolas – 4,6%, sendo que no Agrupamento de Escolas Luciano Cordeiro assume um valor mais elevado no 5º ano.



TERCEIRO CICLO:

A taxa de **abandono escolar** no 3º ciclo é de 1% na Escola Secundária e de 1,8% no Agrupamento de Escolas Luciano Cordeiro, apresentando um valor mais elevado no Colégio da Torre de Dona Chama - 3,95 %.

Ao nível do **insucesso escolar** a taxa mais elevada encontra-se no Agrupamento de Escolas Luciano Cordeiro (27,9%), seguindo-se a Escola Secundária (19,3%), sendo que neste dois estabelecimentos a taxa mais elevada encontra-se no 7º ano de escolaridade. No Colégio da Torre de Dona Chama a taxa de insucesso apresenta um valor mais baixo que as escolas anteriores (3,95%), sendo no 9º ano de escolaridade que assume o valor mais elevado.

SECUNDÁRIO

Ao nível do ensino secundário, verifica-se que no Colégio da Torre de Dona Chama a taxa de **abandono escolar** é de 0% e na Escola Secundária é de 6,6%.

Ao nível do **insucesso escolar** a taxa na Escola Secundária é de 19,3% e no Colégio da Torre é de 15%.

ENSINO PROFISSIONAL

Ao nível do Ensino Profissional há a registar na **Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais** uma taxa de abandono escolar de 9% e de 3% ao nível do Insucesso Escolar.

Na **ESPROARTE** a taxa de insucesso escolar é de 0% no ensino básico e secundário, ao nível do abandono escolar é de 0% a taxa de abandono escolar e de 3, 28% no ensino secundário.

Na **Escola de Turismo de Portugal** a taxa de insucesso escolar é de 6,97 % e 3,48% de abandono escolar.



ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR

A Acção Social Escolar é um conjunto de medidas de apoio à inserção escolar, disponíveis para famílias que se encontram em situação de carência económica e/ou vulnerabilidade social.

O despacho que regulava a Acção Social Escolar no Ano lectivo de 2008-2009 nas Escolas/Agrupamentos Escolas era o n.º 20956/2008, da 2ª Série do Diário da República N.º 154 de 11 de Agosto de 2008.

Para efeitos do referido despacho, o escalão de apoio em que cada agregado familiar se integra é determinado pelo posicionamento nos escalões de rendimento para atribuição de abono de família. Para tal, tem direito a beneficiar dos apoios previstos os alunos pertencentes aos agregados familiares integrados no 1º e nos 2º escalões de rendimentos determinados para efeitos de atribuição.

No ano Lectivo de 2008-2009 o Despacho n.º 18987/2009 de 17 de Agosto – DR – 2ª Série N.º 158, determina os auxílios económicos para o 1º Ciclo/ 2º Ciclo, 3º Ciclo e Ensino Secundário. O referido Diploma inclui apoio ao nível da alimentação, manuais escolares, material escolar e para actividades de complemento curricular para todos os níveis de ensino. É um diploma que prevê apoio para o 1º ciclo do ensino básico (manuais escolares e material escolar) que até então não era contemplado ao nível do Ministério de Educação, daí que no diagnóstico anterior e no Plano de Desenvolvimento Social tenha sido implementada uma medida a nível local, através do Regulamento de Apoios Económicos, para colmatar a falta de apoio para os alunos do 1º ciclo do ensino básico, nomeadamente através de apoio para pagamento de manuais escolares, isenção de pagamento de refeições e isenção de pagamento de passes escolares. De referir que os apoios ao nível da isenção de pagamento de refeições ao abrigo do Regulamento Municipal abrangiam apenas os alunos que frequentavam as escolas do 1º ciclo da cidade uma vez que, por decisão do executivo, eram isentados de pagamento os alunos do meio rural com o objectivo de combater o insucesso e o abandono escolares, pois a maior parte desses alunos eram transportados pelo que não podiam usufruir da refeição na própria casa.

Desta forma e indo ao encontro da legislação em vigor, a acção social escolar passou a ser operacionalizada ao nível da autarquia de acordo com o referido diploma legal à excepção de alguns alunos que não constavam nas listas enviadas pelos Agrupamentos e



pertenciam a agregados familiares sinalizados pelo Sector de Acção Social da Câmara, que pela situação de carência económica, tinham tido direito ao Cartão do Múncipe, o qual tinha em vista a atribuição dos manuais escolares, isenção do pagamento de refeições e componente de apoio à família.

Vejamos os dados referentes às Escolas/Agrupamentos do Concelho:

N ° DE ALUNOS COM ESCALÃO A E B POR AGRUPAMENTOS ESCOLAS/ESCOLAS.

Agrupamento de Escolas da Torre de Dona Chama		
1º Ciclo de Ensino	N ° de Alunos	%
Escalão A	57	47,1
Escalão B	21	17,4
2º Ciclo		
Escalão A	67	62,6
Escalão B	16	15,0
Agrupamento Luciano Cordeiro		
1º Ciclo	N ° de Alunos	%
Escalão A	195	25,8
Escalão B	136	18,0
2º Ciclo		
Escalão A	162	35,4
Escalão B	78	17,0
3º Ciclo		
Escalão A	58	40,3
Escalão B	25	17,4
Escola Secundária		
3º Ciclo		
Escalão A	93	20,2
Escalão B	78	17,0
Secundária		
Escalão A	78	18,0
Escalão B	41	9,5

Quadro n ° 43. Fonte: EAE Terra Quente e Baixo Sabor Ano Lectivo 2008-2009



ENSINO SUPERIOR

No Concelho de Mirandela existem dois Institutos Superiores: Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo e o Instituto Piaget. Vejamos nos quadros que se seguem quais os cursos superiores existentes:

Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo - Cursos	Instituto Piaget - Cursos
Guia Interprete. Design de Jogos Digitais. Gestão e Administração Pública Informática e Comunicações. Marketing Multimédia Solicitadoria Tecnologias de Comunicação Turismo	Artes Visuais Ciências da Comunicação Marketing Engenharia Alimentar Engenharia Civil Engenharia em Energias Renováveis e Eficiência Energética. Motricidade Humana Música Sociologia

Quadro n.º 44.



ACÇÃO AUTARQUICA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

- ☛ Programa de Generalização de Refeições escolares aos alunos do 1º ciclo do ensino básico.
- ☛ Actividades extra curriculares no ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico.
- ☛ Componente de apoio à Família através do fornecimento de refeições e prolongamento de horário nos jardins-de-infância e 1º ciclo.
- ☛ Organização/Funcionamento de uma rede de transportes de forma a viabilizar as condições universais para a escolaridade obrigatória, incluindo o recrutamento de acompanhantes para o transporte de alunos do pré-escolar e 1º ciclo.

Espaços Físicos e equipamentos:

- A Câmara é responsável pela construção de Centros Escolares, requalificação e manutenção do parque escolar quer do pré-escolar, quer do 1º Ciclo.
- ☛ A Câmara apostou no apetrechamento informático (computadores, impressoras, Internet, conteúdos multimédia educativos).
- ☛ De forma a ir ao encontro do Decreto – Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, que estabelece o novo quadro de atribuições e competências para os municípios em matéria de educação, o Município de Mirandela tem as atribuições nos seguintes domínios:
 - Pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar.
 - Actividades de enriquecimento curricular e no 1º ciclo do ensino básico.
 - Gestão do parque escolar no 2º e 3º ciclos do ensino básico.
- ☛ Projectos educativos das Escolas: A Câmara desenvolve em parceria com os estabelecimentos de ensino público e privado iniciativas conjuntas que se realizam na área da educação e toda uma série de encontros de reflexão e intercâmbio que se desenvolve cada ano.
- ☛ A Câmara promove a prática da natação disponibilizando o espaço físico, a título gratuito.
- ☛ A Câmara é a Entidade Promotora da Escola de Arte de Mirandela e parceira da Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural



- ✍ Criação de Estruturas Locais – Conselho Municipal de Educação.
- ✍ Plano Nacional de Leitura.
- ✍ UAE- Unidade de Apoio ao Ensino Especial em parceria com o Ministério de Educação.

Quadro n.º 45



PROJECTOS RELEVANTES:

PROGRAMA INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO – P.I.E.F.
<p>O PIEF é o Programa Integrado de Educação e Formação, que foi criado pelo Despacho conjunto n.º 882/99 do Ministério da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, tendo sido revisto e reformulado pelo Despacho conjunto n.º 948/2003 dos Ministérios da Educação e da Segurança Social e do Trabalho, publicado a 26 de Setembro, DR n.º 223, II Série.</p> <p>Objectivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ☛ Favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória a menores e a certificação escolar e profissional de menores a partir dos 15 anos, em situação de exploração de trabalho infantil. ☛ Favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória associada a uma qualificação profissional relativa a menores com idade igual ou superior a 16 anos que celebrem contratos de trabalho. <p>Destinatários:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Menores em situação de exploração de trabalho infantil para favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória. - Jovens com idade igual ou superior a 16 anos que celebrem contratos de trabalho, para uma certificação escolar e profissional. <p style="text-align: center;">PIEF no Concelho De Mirandela:</p> <p>N.º de Turmas: 1 turma de 2º ciclo N.º de Alunos: 15.</p> <p>Equipa de Coordenação: Agrupamento de Escolas Luciano Cordeiro.</p> <p>Equipa Gestora: Santa Casa da Misericórdia de Mirandela</p> <p>Entidades Parceira: Centro de Emprego de Mirandela Centro Distrital da Segurança Social - Serviço Local de Mirandela PETTI – Equipa Móvel de Trás-os-Montes e Alto Douro CPCJ de Mirandela</p>

Quadro n.º 46



PROGRAMA ESCOLHAS – 4^a GERAÇÃO 2010 - 2012

Objectivos:

Visa promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos sócio económicos mais vulneráveis, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.

Destinatários:

Crianças e Jovens entre os 6 e os 18 anos e dos 19 anos aos 24 Anos.

Parcerias:

Santa Casa da Misericórdia de Mirandela; Centro Social e Paroquial São João Bosco; Câmara Municipal de Mirandela; Escola Secundária de Mirandela; Associação Juvenil 31 de Janeiro; Centro Juvenil Salesianos; Consultua; Ensino e Formação Profissional, Lda.

Medidas Implementadas no Concelho de Mirandela:

Medida I: Visa contribuir para a inclusão escolar e para a educação não formal.

Medida II: Visa contribuir para a formação profissional e empregabilidade com participação prioritária das Instituições relevantes neste domínio.

Medida III: Visa contribuir para a participação cívica e comunitária.

Medida IV: É de carácter transversal e cumulativa a uma ou mais das medidas anteriormente enunciadas, potenciando-as e visa apoiar a inclusão digital.

População Alvo:

- Previsão (até 2012): 616



PROGRAMA CUIDA-TE

O Programa Cuida-te é um Programa do Instituto Português da Juventude, I.P. com diversas Entidades parceiras, do sector público e privado. Tem como principal objectivo trabalhar na área da saúde juvenil e na promoção de estilos de vida saudáveis.

Objectivos:

Educar para a saúde, promovendo a aquisição de conhecimentos e competências nessa área de forma global e integrada, interrelacionando as suas diferentes componentes somáticas, psico afectivas e sociais.

Destinatários:

Jovens entre os 12 e os 25 anos
 Professores
 Dirigentes Associativos
 Profissionais de Saúde
 Outros que desenvolvam actividades nesta área dirigida aos jovens.

Medidas Implementadas no Concelho de Mirandela:

Medida 3 – Teatro Debate:

1. Esta medida promove acções de teatro, debate temas de interesse dos jovens relacionados com a promoção da sua saúde, que estimulam a reflexão e o debate sobre problemas que querem discutir.

Quadro n ° 48



PROGRAMA PARA AS CRIANÇAS E JOVENS.

PROGRAMA DE OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES

Objectivos:

Visa promover a ocupação saudável dos tempos livres dos jovens orientando-os para o desempenho de actividades ocupacionais que proporcionem a aquisição de hábitos de voluntariado, potencie o contacto experimental com algumas actividades profissionais e estimule a capacidade de intervenção e participação social e cívica dos jovens.

Destinatários:

Jovens entre os 12 e os 25 anos

Parcerias:

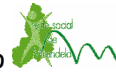
Instituto Português da Juventude

Programa Aprovados na Autarquia:

- Cidade Jardim
- Férias Desportivas e Culturais de Verão.
- Ler é Lazer.

N ° de Jovens Abrangidos: 6.

Quadro n ° 49



7 - EMPREGO

ACTIVIDADES ECONÓMICAS



O Fenómeno do Desemprego tem vindo a crescer progressivamente na sociedade portuguesa, sendo hoje um dos problemas que, do ponto de vista social, mais atenção tem merecido. Numa época denominada de crise, o Programa do XVIII Governo Constitucional estabeleceu como prioridade o apoio ao emprego e o apoio dos mecanismos de protecção social. Desta forma, foi criado o Programa Iniciativa Emprego 2010, destinado a assegurar a manutenção do emprego, incentivar a inserção de jovens no mercado de trabalho e promover a criação do emprego e combate ao Desemprego.

Vejamos, de seguida, a análise de dados disponíveis na área do emprego e desemprego, tendo como fonte de informação os dados provisórios do Instituto Nacional de Estatística e do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

**EMPRESAS:
- N ° LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ESCALÃO DE PESSOAL AO
SERVIÇO.**

Localização Geográfica	Total	Menos de 10	10 - 49	50 - 249	250 e mais
Norte	356739	337739	16837	2371	261
Alto – Trás -os Montes	18060	17630	393	36	1
Carrazeda de Ansiães	448	441	7	0	0
Freixo de Espada á Cinta	212	206	5	1	0
Torre de Moncorvo	667	653	14	0	0
Vila Flor	253	514	9	0	0
Alfândega da Fé	384	378	6	0	0
Bragança	3574	3473	93	7	1
Macedo de Cavaleiros	1441	1416	25	0	0
Miranda do Douro	735	716	18	1	0
Mirandela	2313	2254	56	3	0
Mogadouro	746	734	14	1	0
Vimioso	431	431	0	0	0
Vinhais	616	607	9	0	0

Quadro n ° 50. Fonte: INE – Estatísticas Anuais (2008)



Indicador de Empresas, por Municípios

Unidade Territorial	Proporção de Micro Empresas	Proporção de Médias Empresas
	%	
Portugal	95,4	4,5
Continente	95,5	4,5
Norte	16,6	94,5
Alto – Trás -os Montes	97,5	2,5
Carrazeda de Ansiães	98,4	1,6
Freixo de Espada à Cinta	97,4	2,6
Torre de Moncorvo	97,7	2,3
Vila Flor	98,0	2,0
Alfândega da Fé	98,2	1,8
Bragança	97,1	2,8
Macedo de Cavaleiros	98,2	1,8
Miranda do Douro	97,6	2,4
Mirandela	97,4	2,6
Mogadouro	98,5	1,5
Vimioso	99,8	0,2
Vinhais	98,4	1,6

Quadro n.º 51. Fonte: INE, Portugal, 2008. Anuário Estatístico da Região Norte 2007. Informação disponível até 30 de Setembro de 2008.

TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO E O SEXO, 2006.

Unidade Territorial	Primário			Secundário			Terciário		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	37240	25414	11826	810424	567051	243373	1339031	659721	679310
Norte	6552	4431	2121	367559	236607	130952	371218	189735	181483
Alto – Trás -os Montes	390	289	101	7282	6002	1280	15427	7240	8187
Carrazeda de Ansiães	32	24	8	98	77	21	309	149	160
Freixo de Espada à Cinta	37	30	7	151	135	16	201	87	114
Torre de Moncorvo	29	22	7	163	132	31	592	276	316
Vila Flor	33	19	14	216	180	36	324	155	169
Alfândega da Fé	46	29	17	121	103	18	284	111	173
Bragança	16	1261	3742	1705	2037
Macedo de Cavaleiros	54	47	7	409	351	58	1139	600	539
Miranda do Douro	24	16	8	278	221	57	626	257	369
Mirandela	55	38	17	785	611	174	2151	1048	1103
Mogadouro	16	9	7	251	227	24	496	255	241
Vimioso	6	64	251	113	138



Vinhais	30	22	8	154	124	30	320	140	180
----------------	----	----	---	-----	-----	----	-----	-----	-----

Quadro n.º 52 Fonte: INE, Portugal, 2008. Anuário Estatístico da Região Norte 2007

Trabalhadores por Conta de Outrém, segundo o Sector de Actividade

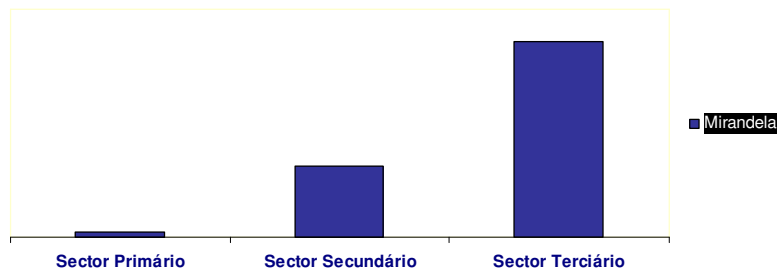


Gráfico n.º 8

Trabalhadores por Conta de Outrém, no Concelho de Mirandela, Segundo os Sectores de Actividade, por Sexo.

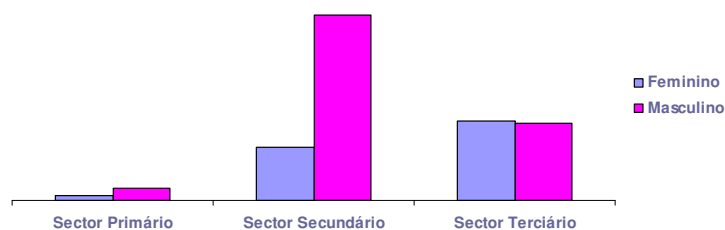


Gráfico n.º 9

Através dos dados dos quadros podemos verificar que a distribuição da população activa pelos vários sectores de actividade poderá estar associada a uma estrutura pouco industrializada. Se olharmos para os indicadores das empresas constatamos que o tecido empresarial em Portugal é 95,4 % constituído por micro empresas, acompanhando Mirandela esta tendência, com um valor um pouco acima da media nacional (97,4%) e com uma percentagem maior que a nível nacional de Medias Empresas.

Constatamos também, como já tínhamos verificado no diagnóstico anterior, que o sector com mais relevância é o sector terciário, em que a maior parte da população se encontra empregada nos serviços de comércio, hotelaria, restauração e organismos públicos. Esta tendência parece ser comum nas regiões do Interior, sendo que um dos factores que contribui para isso poderá estar relacionado com a falta de incentivos à dinamização do tecido industrial. A agricultura apesar de continuar a ser um dos eixos estruturantes da vida social, parece não ser a base do emprego da população.

Ao nível das Habilitações Literárias dos trabalhadores por conta de Ourém constatamos que o nível de instrução é baixa. Um dos aspectos interessantes analisados é que tanto no sector primário como no sector secundário é mais predominante o sexo masculino do



que o sexo feminino, enquanto que no sector terciário predomina mais o sexo feminino que o masculino.

TRABALHADORES POR CONTA DE OUTRÉM, SEGUNDO O NÍVEL DE HABILITAÇÕES

Unidade Territorial	Nível de Habilitações								
	Inferior ao 1º Ciclo do Ensino Básico	1º Ciclo do Ensino Básico	2º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico	Ensino Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
Portugal	30095	481535	447389	479359	458648	55165	206383	10712	2223
Norte	9190	181773	198822	155438	128536	15488	54989	3130	812
Alto – Trás - os Montes	384	6024	4689	5333	4467	524	1432	120	17
Carrazeda de Ansiães	...	151	98	87	52	14	25	...	0
Freixo de Espada á Cinta	389	0	131	81	109	51	0	16	0
Torre de Moncorvo	28	247	127	158	153	...	35	...	0
Vila Flor	8	240	110	105	71	3	30	0	0
Alfândega da Fé	5	159	107	68	76	13	23	0	0
Bragança	71	1052	948	1288	1052	184	386	19	5
Macedo de Cavaleiros	14	501	281	359	288	17	106	24	6
Miranda do Douro	...	204	231	231	190	16	37	11	...
Mirandela	34	749	654	625	612	74	211	12	0
Mogadouro	23	200	211	158	131	...	21	...	0
Vimioso	7	110	64	71	42	20	0
Vinhais	8	146	145	108	62	10	24	0	0

Quadro n.º 53 Fonte: INE, Portugal, 2008. Anuário Estatístico da Região Norte 2007



ESTATÍSTICAS DO IEFP

Desemprego Registado por Concelho (Distrito de Bragança), segundo o Género, o Tempo de Inscrição e a situação face à procura de Emprego. Mês de Novembro (2008/2009)

Concelho	Ano	Género		Tempo de Inscrição		Situação Face ao Emprego		Total
		Masculino	Feminino	<1 Ano	1 Ano e +	1º Emprego	Novo Emprego	
Carrazeda de Ansiães	2008	86	155	194	72	64	202	266
	2009	111	121	143	64	60	147	207
Freixo de Espada à Cinta	2008	86	121	143	64	60	147	207
	2009	111	155	194	72	64	202	266
Torre de Moncorvo	2008	145	314	275	184	102	357	459
	2009	179	328	301	206	109	398	507
Vila Flor	2008	112	213	215	110	51	274	325
	2009	110	218	211	117	58	270	328
Alfândega da Fé	2008	86	158	170	74	34	210	244
	2009	97	149	170	76	33	213	246
Bragança	2008	505	725	887	343	247	983	1230
	2009	678	769	1062	385	245	1202	1447
Macedo de Cavaleiros	2008	248	444	498	194	109	583	692
	2009	310	399	518	191	121	588	709
Miranda do Douro	2008	50	109	108	51	40	119	159
	2009	82	117	141	58	50	149	199
Mirandela	2008	453	743	824	372	192	1005	1196
	2009	529	702	851	380	208	1023	1231
Mogadouro	2008	82	231	228	85	54	259	313
	2009	122	187	219	90	56	253	309
Vimioso	2008	55	107	113	49	26	136	162
	2009	61	77	89	49	25	113	138
Vinhais	2008	113	157	159	111	55	215	270
	2009	152	187	220	119	60	279	339

Quadro n.º 54. Fonte: Estatísticas Mensais Novembro 2008/2009. IEFP



Desemprego Registrado por Concelho no Distrito de Bragança, segundo o Grupo Etário

Concelho	Anos	< 25 Anos	25-34 Anos	35 – 54 Anos	55 e + Anos	Total
Carrazeda de Ansiães	2008	39	51	85	32	199
	2009	47	64	112	43	266
Freixo de Espada á Cinta	2008	30	55	87	27	692
	2009	40	53	87	19	199
Torre de Moncorvo	2008	79	89	196	95	459
	2009	83	102	210	112	507
Vila Flor	2008	40	67	158	60	325
	2009	45	64	150	69	328
Alfândega da Fé	2008	30	47	117	50	244
	2009	31	37	131	47	246
Bragança	2008	248	428	408	146	1230
	2009	233	471	544	199	1447
Macedo de Cavaleiros	2008	89	161	310	132	692
	2009	118	126	315	150	709
Miranda do Douro	2008	19	52	64	24	159
	2009	43	49	72	35	199
Mirandela	2008	174	296	492	234	1196
	2009	174	304	487	266	1231
Mogadouro	2008	43	77	131	62	313
	2009	51	67	133	58	309
Vimioso	2008	28	54	63	17	162
	2009	23	34	56	25	138
Vinhais	2008	52	53	125	40	270
	2009	46	85	146	62	339

Quadro n.º 55. Fonte: Estatísticas Mensais Novembro 2008/2009. IEFP.

Desemprego Registrado, Segundo as Faixas Etárias.

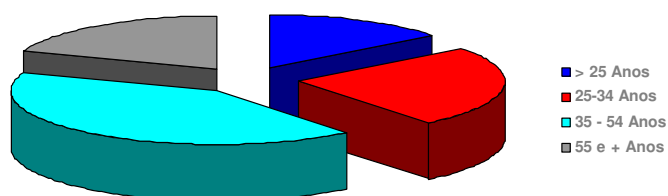


Gráfico n.º 10



No que se refere à caracterização dos desempregados inscritos no Centro de Emprego, verifica-se que tanto em 2008, como em 2009, o maior nível de desempregados surge mais nas faixas etárias dos 35 aos 54 anos de idade. Aliás é uma tendência que se faz sentir a nível distrital. Importa, no entanto, salientar que o número de desempregados com 55 e mais anos de idade aumentou, o que constitui um problema ao nível da sua integração no mercado de trabalho face às escassas ofertas disponíveis.

Desemprego Registado por Concelho no Distrito de Bragança, segundo o Nível de Escolaridade.

Concelhos	Nível de Escolaridade							
	Anos	< 1º Ciclo	1º Ciclo EB	2º Ciclo EB	3º Ciclo EB	E. Secundário	E. Superior	Total
Carrazeda de Ansiães	2008	27	68	43	42	20	6	199
	2009	111	155	194	72	64	202	266
Freixo de Espada à Cinta	2008	20	68	43	42	20	6	199
	2009	70	129	119	80	47	152	199
Torre de Moncorvo	2008	43	148	104	70	57	37	459
	2009	179	328	301	206	109	398	507
Vila Flor	2008	37	102	79	51	28	28	325
	2009	110	218	211	117	58	270	328
Alfândega da Fé	2008	17	76	54	54	25	18	244
	2009	90	369	286	211	173	102	1231
Bragança	2008	85	206	173	206	260	300	1230
	2009	678	769	1062	385	245	1202	1447
Macedo de Cavaleiros	2008	72	203	148	119	77	73	692
	2009	310	399	518	191	121	588	709
Miranda do Douro	2008	15	31	13	43	15	42	159
	2009	82	117	141	58	50	149	199
Mirandela	2008	94	318	253	229	174	128	1196
	2009	94	318	253	211	173	102	1231
Mogadouro	2008	32	78	61	69	37	36	313
	2009	122	187	219	90	56	253	309
Vimioso	2008	8	40	43	36	19	16	162
	2009	61	77	89	49	25	113	138
Vinhais	2008	31	64	80	38	29	28	270
	2009	152	187	220	119	60	279	339

Quadro n.º 56 Fonte: Estatísticas Mensais Novembro 2008/2009. IEFP.

Em comparação com o mês de Novembro do ano anterior, houve um aumento do nível de desemprego, relativamente ao período homólogo.

No que diz respeito ao género no desemprego, e ao nível do Distrito, verifica-se que o mesmo é sempre maioritariamente do sexo feminino. Esta tendência já se fazia sentir no Diagnóstico anterior.



Desempregados Registados, segundo as Habilitações Literárias.



Gráfico n.º 11

De uma forma geral, verifica-se que o desemprego assume valores mais elevados nos níveis de escolaridade mais baixos. Trata-se de desempregados com poucas qualificações literárias, factor também constatado no diagnóstico anterior.



8- SAÚDE



EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

Os equipamentos de saúde existentes no concelho ao nível de Cuidados Primários são dois Centros de Saúde (Centro de Saúde I e Centro de Saúde II), uma Unidade de Saúde Familiar na Torre de Dona Chama. Ao nível de Cuidados Diferenciados existe uma Unidade Hospitalar.

INDICADORES DE SAÚDE, POR MUNICÍPIO, 2007.

Região	Enfermeiros por 1000 Habitantes	Médicos por 1000 Habitantes	Farmácias e postos de Medicamentos por 1000 Habitantes
Portugal	5,1	3,6	0,3
Norte	4,8	3,3	0,2
Alto – Trás-os Montes	6,4	2,2	0,3
Carraceda de Ansiães	3,3	0,9	0,3
Freixo de Espada à Cinta	3,6	0,8	0,3
Torre de Moncorvo	3,6	1,0	0,3
Vila Flor	4,0	0,5	0,3
Alfândega da Fé	3,5	1,5	0,4
Bragança	12,8	3,2	0,2
Macedo de Cavaleiros	7,5	1,5	0,2
Miranda do Douro	5,0	1,1	0,3
Mirandela	6,5	2,3	0,3
Mogadouro	2,3	1,3	0,3
Vimioso	4,7	0,6	0,6
Vinhais	2,9	0,5	0,3

Quadro n.º 57 Fonte: INE. Estatísticas de Saúde, INE, Estatísticas Demográficas, INE, Estatísticas provisórias de População Residente

Nos indicadores disponíveis ao nível de saúde do INE, verifica-se que:

⇒ **Ao nível de enfermeiro:** o concelho de Mirandela apresenta um valor acima da média nacional, Norte e Alto Trás-os-Montes e Alto Douro;

⇒ No que concerne **aos médicos por 1000 habitantes:** verifica-se que Mirandela apresenta um valor abaixo da média nacional da Região Norte e Alto Trás-os-Montes e Alto Douro.



⇒ **No indicador de Farmácia**, Mirandela apresenta um valor semelhante se comparado com o valor a nível nacional. Em Mirandela existem sete farmácias.

CUIDADOS DIFERENCIADOS

Ao nível de cuidados diferenciados, Mirandela é servido pelo Centro Hospitalar do Nordeste, constituído pelas Unidade Hospitalares de Mirandela; Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros; Unidade Hospitalar de Bragança. As áreas geográficas abrangidas por esta Unidade são Alfandega da Fé; Vila Flor; Macedo de Cavaleiros; Mirandela; Torre de Moncorvo; Freixo de Espada à Cinta; Carrazeda de Ansiães; Bragança; Miranda do Douro; Mogadouro; Vimioso e Vinhais. Os utentes das áreas geográficas indicadas, usufruem dos serviços prestados pelo Centro Hospitalar do Nordeste – Unidade de Mirandela, tais como oftalmologia e cardiologia. Ao mesmo tempo os utentes de Mirandela e restantes áreas geográficas usufruem dos serviços prestados pelo CHNE (Serviço de Urgência Traumatológica) na Unidade de Bragança e o serviço de Ortopedia de internamento na unidade de Macedo de Cavaleiros.

O número total de habitantes abrangidos pela Unidade Hospitalar de Mirandela é de 140 635 habitantes (2008), com quinhentas camas. Os hospitais que apoiam a Unidade Hospitalar de Mirandela são o Hospital de Santo António; Hospital Distrital de Vila Real; Instituto Português de Oncologia do Porto.

Ao nível das consultas externas os serviços existentes na Unidade Hospitalar de Mirandela são os seguintes: Cardiologia; Cirurgia Geral; Gastrenterologia; Medicina Física e Reabilitação; Medicina Interna; Medicina do Trabalho; Nefrologia; Nutricionismo; Ginecologia; Psiquiatria; Oftalmologia; Otorrinolaringologista; Psicologia Clínica; Pedopsiquiatria; Urologia; Anesteriologia; Obstetrícia; Neurologia.



N ° TOTAL DE CONSULTAS EXTERNAS

Especialidades	N° de Consultas
Cardiologia	1769
Cirurgia Geral	9855
Gastrenterologia	2403
Medicina Física e Reabilitação	158
Medicina Interna	4404
Medicina do Trabalho	2
Nefrologia	555
Nutricionismo	925
Oftalmologia;	11106
Otorrinolaringologista	2153
Pediatria	1964
Psicologia Clínica	132
Pedopsiquiatria	241
Urologia	3213
Anesteriologia	2299
Ginecologia	3354
Neurologia	3078
Obstetrícia	2201
Psiquiatria	822

Quadro n ° 58 Fonte: CHN – Unidade Hospitalar de Mirandela-2010

N ° de doentes admitidos em 2009 no Serviço de Urgência: 37 472.

Ao nível do **Internamento** os serviços existentes na Unidade Hospitalar são: Cardiologia; Cirurgia Geral; Ginecologia; Medicina Interna; Neurologia; Pediatria; Oftalmologia.

No que concerne ao **Bloco Operatório**, os serviços existentes são: Cirurgia Geral; Ginecologia e Oftalmologia.



DADOS SOBRE O INTERNAMENTO, POR N ° DE CAMAS E TAXA DE OCUPAÇÃO

Serviços	N ° de Camas	Taxa de Ocupação
Cardiologia	7	31,7 %
Cirurgia Geral	33	94,29 %
Ginecologia	6	20,14 %
Medicina Interna	36	102,88 %
Neurologia	9	83,35 %
Pediatria	11	44,73 %
Oftalmologia	3	33,15 %

Quadro n ° 59. Fonte: CHN – Unidade Hospitalar de Mirandela-2010

MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO

Existe um vasto número de Meios Complementares de Diagnóstico e terapêutica e de Actos Terapêuticos, de entre os quais: análises clínicas; cardiologia; gastroenterologia; ginecologia e obstetrícia; imagiologia; medicina física e de reabilitação; dermatologia; estomatologia; oftalmologia; nefrologia; neurologia; ortopedia/traumatologia; otorrinolaringologia; urologia; pneumologia; técnicas especiais de tratamento/diagnóstico.



CUIDADOS PRIMÁRIOS

Ao nível dos **Cuidados Primários**, Mirandela é servido por dois Centros de Saúde (I e II), não tendo os dois serviço de internamento.

CARACTERIZAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE I

N ° de Utentes: 17728

Media de Utentes por Médicos de Família: 1500/1700.

N ° DE UTENTES INSCRITOS NO CENTRO DE SAÚDE I POR GRUPO ETÁRIO E SEXO

Grupo Etário	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total	%
<1 Ano	25	33	58	0.44
1-9 Anos	460	438	898	6.87
10 – 19 Anos	734	629	1363	10.43
20 – 29 Anos	860	887	1747	13.36
30-39 Anos	993	1060	2053	15.70
40-49 Anos	909	918	1827	13.98
50-59 Anos	796	873	1669	12.77
60 – 69 Anos	668	728	1396	10.68
70-79 Anos	586	686	1272	9.73
> = 80 Anos	290	500	790	6.04
Total	6321	6752	13073	100%

Quadro n ° 60 Fonte: Centro de Saúde I

PERCENTAGEM DE UTENTES, SEGUNDO O SEXO – CENTRO DE SAUDE I

Percentagem por Sexo	
Masculino	Feminino
48.35 %	51.65 %

Quadro n ° 61 Fonte: Centro de Saúde I



ACTIVIDADES GLOBAIS DO CENTRO DE SAÚDE I

N ° de Consultas, segundo os Serviços Prestados no Centro de Saúde de Mirandela:

Serviços Prestados	Consultas
Clínica Geral	52647
Domicílios (Médicos)	155
Planeamento Familiar	2048
Saúde Materna	1172
Saúde Infantil/Saúde Juvenil	313/860
Podologia	83
Cardiopneumologia	300
Psicologia	1150
Cardiologia	15

Quadro n ° 62 Fonte: Centro de Saúde I

SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA

Actividades de Saúde Pública	Movimento
Cartas de Condução	397
Verificação de Óbitos	16
Transladação	3
Vistorias e Queixas Sanitárias	93/22
Incapacidades	31

Quadro n ° 63 Fonte: Centro de Saúde I

RECURSOS HUMANOS EXISTENTES:

INDICADOR	N °
Médicos : Clínica Geral	8
Fisioterapeuta	1
Podologia	1
Cardiologia	1
Nutricionismo	1
Endocrinologia	1
Pessoal de Enfermagem	16
Pessoal de Serviços Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	6
Pessoal Administrativo	11
Pessoal Auxiliar	4
Telefonistas	2
Motoristas	2
Total	53

Quadro n ° 64



EXTENÇÕES DE SAÚDE ASSOCIADAS AO CENTRO DE SAÚDE I

As extensões associadas ao Centro de saúde I são a Extensão de Abambres e a Extensão de Aguieiras, e os serviços disponíveis são a Medicina Geral e Familiar.

N ° de Consultas, segundo as Extensões do Centro de Saúde I de Mirandela

Extensões de Saúde	N ° de Consultas
Extensão de Abambres	861
Extensão de Aguieiras	2446

Quadro n ° 65 Fonte: Centro de Saúde I

CENTRO DE SAÚDE II

N ° De Utentes Inscritos

Por Grupo Etário E Sexo

Grupo Etário	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total	%
<1 Ano	42	44	86	0.65
1-9 Anos	496	482	978	7.38
10 – 19 Anos	663	653	1316	9.93
20 – 29 Anos	856	889	1745	13.17
30-39 Anos	973	1061	2034	15.35
40-49 Anos	902	910	1812	13.68
50-59 Anos	847	859	1706	12.88
60 – 69 Anos	644	732	1376	10.38
70-74 Anos	326	362	688	5.19
> = 75 Anos	592	916	1508	11.39
Total	6341	6908	13249	100

Quadro n ° 66. Fonte: Centro de Saúde II (Sardão)

Média de Utentes por Medico de Família: 1651.



ACTIVIDADES GLOBAIS DO CENTRO DE SAÚDE II

SERVIÇOS PRESTADOS	CONSULTAS
- Clínica Geral	29410
- Domicílios (Médicos)	388
- Planeamento Familiar.	1845
- Saúde Materna.	723
- Saúde Infantil	2755
- Estomatologia.	1044
Total de Actos Médicos	36165

Quadro n.º 67. Fonte: Centro de Saúde II (Sardão)

ACTIVIDADES GLOBAIS DE ENFERMAGEM DO CENTRO DE SAÚDE II:

SERVIÇOS DE ENFERMAGEM	N.º DE ACTIVIDADES
Diagnósticos Precoces	89
Educação para a Saúde	51
Vacinação:	
- No Centro de Saúde.	3773
- Em Instituições.	226
Visitação Domiciliária:	
- Cuidados de enfermagem.	1922
- Promoção da Saúde.	135
Administração de Injectáveis.	1871
Pensos e outros tratamentos.	1247
Actividades no atendimento complementar	717

Quando n.º 68. Fonte: Centro de Saúde II (Sardão)



RECURSOS HUMANOS CENTRO DE SAÚDE II

INDICADOR	N °
Médicos de Medicina Geral e Familiar	8
Dentistas	1
Pessoal de Enfermagem	12
Pessoal de Serviços Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	6
Pessoal Administrativo	3
Empresas:	
Administrativos	2
Auxiliares	8
Motoristas	1
Total	41

Quadro n ° 69. Fonte: Centro de Saúde II (Sardão)

UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR DA TORRE DE DONA CHAMA

N ° DE UTENTES INSCRITOS POR GRUPO ETÁRIO E SEXO – UNIDADE FAMILIAR DA TORRE DE DONA CHAMA

Grupo Etário	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total	%
<1 Ano	9	5	14	0.47
1- 11 Anos	76	67	143	4.82
12 – 23 Anos	166	161	327	11.02
24-35 Anos	199	195	394	13.27
36 – 47 Anos	188	166	354	11.93
48 – 59 Anos	227	216	443	14.93
60- 67 Anos	151	185	336	11.32
68-75 Anos	170	221	391	13.17
> 76 Anos	215	351	566	19.07
Total	1401	1567	2968	100

Quadro n ° 70. Fonte: Centro de Saúde II (Sardão)

Media de utentes por Médico de Família: 1484.



ACTIVIDADES GLOBAIS DA UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR

SERVIÇOS PRESTADOS	CONSULTAS (N °)
- Clínica Geral	7092
- Planeamento Familiar.	69
- Saúde Materna.	118
- Saúde Infantil/Pediatria.	478
Total de Actos Médicos	7757

Quadro n ° 71. Fonte: Centro de Saúde II (Sardão)

ACTIVIDADES GLOBAIS DE ENFERMAGEM

SERVIÇOS DE ENFERMAGEM	Nº DE ACTIVIDADES
Diagnósticos Precoces	14
- No Centro de Saúde.	1496
- Em Instituições.	
Visitação Domiciliária:	
- Cuidados de enfermagem.	1453
- Promoção da Saúde.	368
Orientação de alunos em estágios.	1887
Administração de Injectáveis.	2107
Pensos e outros tratamentos.	

Quadro n ° 72. Fonte: Centro de Saúde II (Sardão)

RECURSOS HUMANOS EXISTENTES NA UNIDADE DE SAUDE FAMILIAR

INDICADOR	N °
Médicos de Medicina Geral e Familiar	2
1 Médico dentista	1
Pessoal de Enfermagem	4
Pessoal de Serviços complementares e Terapeutica	1
Pessoal Administrativo	1
Auxiliares	1
Total	10

Quadro n ° 73. Fonte: Centro de Saúde II (Sardão)



PROGRAMAS E PROJECTOS EXISTENTES NO CENTRO DE SAÚDE

Denominação do Projecto	Destinatários	Objectivos	Actividades
Equipa de Cessação Tabágica	Dependentes do Consumo de tabaco	Incentivar e ajudar os fumadores a ultrapassar a sua dependência, elucidando-os para os malefícios do tabaco.	Acções de Sensibilização.
Equipa de Cuidados Continuados	Toda a população inscrita no Centro de Saúde.	Prestar cuidados ao domicílio	Formação às famílias/cuidadores dos utentes
Intervenção Precoce	Crianças até aos 6 anos de idade, especialmente dos 0 aos 3 anos, que apresentem deficiência ou risco de atraso grave de desenvolvimento.	Prestação de apoio integrado, centrado na criança e na família, mediante acções de natureza habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da acção social.	Acções de Sensibilização.
Unidade de Cuidados na Comunidade. (UCC)	População em Geral	A UCC presta cuidados de saúde, apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário; essencialmente a pessoas, famílias, grupos mais vulneráveis em situação de maior risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo, e actua na educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades moveis de intervenção, garantindo a continuidade e qualidade dos cuidados prestados.	Estas serão desenvolvidas especificamente em cada programa.
Núcleo de Violência Doméstica. C. Saude I	Comunidade em geral que se designe vítima de maus-tratos	Acompanhamento e encaminhamento de vitimas e famílias	Acções de sensibilização.
Equipa de Alcoologia	Dependentes do consumo de álcool	Diminuição de consumo desajustado e tratar dependentes. Reequilíbrio familiar.	Rastreio / tratamento. Acções de sensibilização.
CAJ	Jovens dos 12 aos 28 anos.	Sensibilizar, informar, esclarecer, educar, prevenir comportamentos de risco, promover estilos de vida saudáveis.	Acções de sensibilização/dinamização.
Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco	Menores	Prevenção/detecção de ocorrência de maus-tratos e situações de risco, acompanhamento e/ou encaminhamento de casos para	



		outros serviços. Acompanhamento e sinalização de situações de risco/perigo no âmbito dos serviços de saúde.	
Saúde Escolar	Comunidade Escolar		
A Nossa Âncora	Pais em Luto	Todos os pais que se encontrem em situação de luto pela perda dos filhos.	Grupos de auto-ajuda.

Quadro n.º 74

ALCOOLOGIA E TOXICODPENDENCIA

No diagnóstico social elaborado em 2006 uma das problemáticas identificadas tinha sido o alcoolismo e a toxicodpendência. Tendo em conta o número de utentes admitidos no CRI de Bragança na altura, referentes ao concelho de Mirandela (234), constatou-se que havia um número significativo de utentes, a par da inexistência de equipamentos específicos nesta área o que originava um distanciamento dos serviços. Outro dos problemas identificados foi a pouca adesão aos tratamentos e consultas, assim como uma fragilidade ao nível de mecanismo da prevenção primária.

Desta forma, em 2008 foi aprovado em sede de CLAS e a nível nacional três Projectos, cuja Entidade Promotora é o Clube de Ténis de Mesa de Mirandela, cujas áreas de abrangência são as seguintes: Mirandela Consume Desporto – **eixo da Prevenção** (abrangendo EM 2009 à volta de 170 indivíduos, em Programas de Educação Preventiva em Meio Escolar, e cerca de 4300 indivíduos em outras acções: campanhas/acções de sensibilização, etc.), Mirandela Consume Desporto – **eixo da Redução de Riscos e Minimização de danos** (abrangendo em 2009 à volta de 30 indivíduos), Mirandela Consume Desporto – **Eixo de Reinserção** (abrangendo em 2009 cerca de 32 indivíduos (consumidores e famílias) e mais 20 ao nível de entidades empregadoras).

Vejamos a caracterização destes Projectos:



Quadro Resumo do Projectos na área da Toxicodependência.

Denominação do Projecto	Objectivos Área de Intervenção	Ações /Actividades	Parcerias
Mirandela Consume Desporto – Eixo da Prevenção	<p>1. Facilitar a aquisição de competências pessoais e sociais que reforcem a recusa de vivências de risco que envolvam o desejo da experimentação das drogas.</p> <p>2. Desenvolver e adquirir conhecimentos e competências na área das toxicodependências.</p> <p>3. Evitar o início de consumos assim como comportamentos de dependência através de actividades de informação e sensibilização.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Construção/organização de Programa de Educação Preventiva em meio escolar; - Colaboração com os gabinetes de apoio aos alunos existentes nas escolas; - Jogos Pedagógicos; - Comemoração do dia Mundial de Luta contra a Droga; contra a SIDA, Contra o tabaco; - Desenvolvimento de campanhas de sensibilização nocturnas; - Acções de informação e sensibilização; - Actividades lúdicas e recreativas. 	<ul style="list-style-type: none"> - IPJ - CRI Bragança - Sub-Região de Saúde - PSP - CHNordeste - EAE - Centros de Saúde (Equipa de Saúde Escolar) - I.P.B. - Proj. Incentivar (Escolhas) - Escolas do E.B. e Secundária - A.E. da ESACT - C. M. Mirandela - Segurança Social
Mirandela Consume Desporto – Eixo da Redução de Riscos e Minimização de Danos	<p>1. Evitar a propagação de doenças infecto-contagiosas;</p> <p>2. Redução de riscos pessoais e sociais associados ao uso de substâncias psicoactivas;</p> <p>3. Melhoria das condições sócio-sanitárias dos toxicodependentes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Troca e distribuição de material; - Cuidados de enfermagem; - Programa de troca de seringas; - Programa de Substituição Opiácea de Baixo Limiar de Exigência; - Rastreio rápido do VIH-SIDA; - Cuidados de saúde primários; - Apoio psicossocial e psicológico; - Informação e formação; - Intervenção em contexto festivo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Centro de Saúde - PSP - CHNordeste - Segurança Social - Ass. Nac. Farmácias - CRI Bragança - Comissão Nacional VIH-SIDA - AEESACT - CM Mirandela - Centros de Saúde
Mirandela Consume Desporto – Eixo da Reinserção	<p>1. Intensificar respostas de integração profissional no âmbito da promoção de competências.</p> <p>2. Sensibilizar as instituições locais para a contratação de consumidores de substâncias psicoactivas em processo de reinserção.</p> <p>3. Desenvolver competências sociais e pessoais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento/Encaminhamento; - Reuniões com Entidades Locais. - Criação e animação de grupos de utentes do CRI - Criação de uma bolsa de empregadores. - Oficinas Ocupacionais - Visitas Domiciliárias - Programa Vida-Emprego 	<ul style="list-style-type: none"> - CMM. - ACIM - Segurança Social - Empresas Locais (Programa Vida – Emprego) - IEFP



9 - ACCÇÃO SOCIAL/PRESTAÇÕES SOCIAIS



RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO:

Disposições Legais:

Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio veio revogar O Rendimento Mínimo garantido previsto na Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho substituindo-o por **Rendimento Social de Inserção**. O diploma que regulamenta o RSI é o Decreto – lei n.º 283/2003, de 8 de Novembro, no despacho n.º 1810/2004, de 27 de Janeiro, assim como a lei n.º 45/2005, de 25 de Agosto que introduziu algumas alterações à lei n.º 13/2003.

O Rendimento Social de Inserção consiste numa prestação social incluída no subsistema de solidariedade que integra simultaneamente uma prestação pecuniária adaptada à dimensão do agregado familiar de forma legalmente estabelecida e pressupõe o estabelecimento de um Programa de Inserção (P.I.) de forma a responder às necessidades identificadas no agregado familiar com vista à sua progressiva e efectiva inserção económica, sócia e cultural.

Os **Núcleos Locais de Inserção** – NLI's – são estruturas operativas locais, constituídos por representantes de organismos públicos e privados de participação obrigatória, coordenados pelo representante da Segurança Social, com o objectivo de elaborar, aprovar e acompanhar programas de inserção, tendo em vista a autonomização das famílias.



DADOS DO RSI

Indicadores	2008	2009
Processos Entrados	145	211
Processos Deferidos	79	138
Processos Indeferidos	58	87
Suspensos	17	29
Cessados	43	70

Quadro n.º 76 Fonte: Centro Distrital de Segurança Social de Bragança.

PROCESSOS ENTRADOS, DEFERIDOS, INDEFERIDOS, SUSPENSOS E CESSADOS, NO ÂMBITO DO RSI, DE 2008 PARA 2009

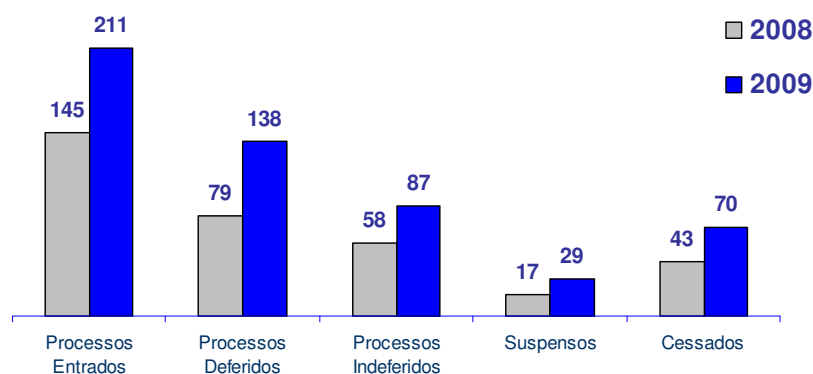


Gráfico n.º 12

Como podemos constatar através dos dados, houve um aumento muito significativo (mais do dobro) do número de requerimentos entrados e deferidos no âmbito do Rendimento Social de Inserção, se comparados com os valores de 2008.

O Diagnóstico da Plataforma Supraconcelhia de Alto Trás-os-Montes e Alto Douro, do qual faz parte a Rede Social de Mirandela, apresenta dados ao nível da NUT III de ATMAD (data: Até Agosto de 2009).. Vejamos esses dados:



DADOS DO RSI NA NUT III

Concelhos que integram a NUT III de ATMAD	Valores
Vinhais	242
Vimioso	52
Vila Pouca de Aguiar	476
Vila Flor	117
Valpaços	661
Ribeira de Pena	304
Montalegre	330
Mogadouro	59
Mirandela	352
Miranda do Douro	70
Macedo de Cavaleiros	303
Chaves	1502
Bragança	558
Boticas	202
Alfândega da Fé	79

Quadro n.º 77 Fonte: Diagnóstico Social da Plataforma Supraconcelhia de TMAD. (pp. 64)

N.º de Processos Deferidos, por Sexo/Mirandela:

ANO	N.º Total	
	Feminino	Masculino
2008	52	27
2009	79	59

Quadro n.º 78 Fonte: Centro Distrital de Segurança Social de Bragança.

N.º de Processos deferidos/Mirandela, por tipo de agregado familiar

ANOS	TIPOLOGIA DE AGREGADO FAMILIAR						
	Nuclear Sem Filhos	Nuclear com Filhos	F. Alargada	F. Extensa	F. Isolada	F. Monoparental	Desconhecido
2008	9	36	3	0	19	8	3
2009	18	39	6	2	41	20	10

Quadro n.º 79 Fonte: Centro Distrital de Segurança Social de Bragança.

- * Avó com Netos (2008) - 1
- * Avós com Netos (2009) - 1
- * Avó com Netos (2009) - 1

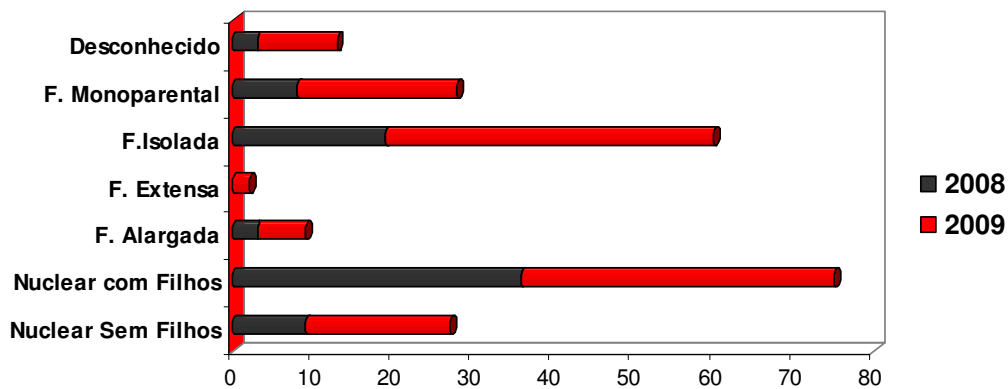


Gráfico n.º 13

Se tivermos em conta o indicador **Género**, verificamos que o Programa abrange mais beneficiários do sexo feminino que do sexo masculino, sendo uma tendência que se tem vindo a verificar ao longo dos tempos.

No que concerne à **Tipologia do Agregado Familiar** em 2008, verificou-se que a tipologia dominante era a família nuclear com filhos, seguindo-se a família isolada. Em 2009, verificou-se que a tipologia de Agregado familiar mais dominante era a família isolada (embora com pouca diferença em relação á família nuclear com filhos). De facto, verificou-se um grande aumento de 2008 para 2009 para as famílias isoladas e famílias monoparentais. A tipologia com menor número de agregados familiares beneficiários do Rendimento Social de Inserção é a família extensa, quer em 2008/2009.



COMPLEMENTO SOCIAL AO IDOSO (CSI)

O **Complemento Solidário Para Idosos** é destinado a pensionistas com mais de 65 anos de idade, assumindo-se o mesmo como um complemento aos rendimentos dos mesmos. Tem natureza diferencial, sendo atribuída de acordo com os rendimentos dos agregados familiares e é fixado por referência a um limiar de rendimento.

DADOS DO C.S.I.

Indicadores	2008	2009
Processos Entrados	666	394
Processos Deferidos	431	250
Processos Indeferidos	213	140
Aguarda decisão	1	0

Quadro n.º 80 Fonte: Centro Distrital de Segurança Social de Bragança.

Segundo dados do diagnóstico da Plataforma Supraconcelhia (pp. 68) “... desde a entrada em vigor do Decreto – Lei n.º 232/2005, de 29 de Dezembro que criou o Complemento Solidário para Idosos, o número de requerimentos entrados apresenta uma evolução positiva ao nível da NUT III de Alto Trás-os Montes, tendo atingido o valor mais elevado no ano de 2008 com 7725 requerimentos entrados. Em 2009 a tendência positiva que se registara até então é interrompida, sendo que, até Setembro de 2009 apenas entraram 2556 requerimentos e, os requerimentos que entraram no último trimestre de 2009 dificilmente elevarão o número de requerimentos entrados aos níveis registados em 2008” O mesmo verifica-se em relação ao concelho de Mirandela, visto que de 2008 para 2009 houve uma quebra bastante significativa ao nível de entrada de processos para CSI.

Segundo o mesmo documento o motivo de indeferimentos dos processos está muitas vezes relacionado com o facto de os rendimentos dos requerentes ultrapassar o limiar dos rendimentos estabelecidos para o efeito.



C.S.I. – NUT III - ALTO TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Concelhos que integram a NUT III	Valores
Vinhais	681
Vimioso	211
Vila Pouca de Aguiar	697
Vila Flor	239
Valpaços	1268
Ribeira de Pena	251
Montalegre	414
Mogadouro	362
Mirandela	689
Miranda do Douro	247
Macedo de Cavaleiros	618
Chaves	1479
Bragança	807
Boticas	363
Alfândega da Fé	255

Quadro n.º 81 Fonte: Diagnóstico Social da Plataforma Supraconcelhia de TMAD. (pp 72)

CSI - Dados Referentes a 2009

DISTRITO DE BRAGANÇA/ CONCELHO DE MIRANDELA

N.º de Requerentes 2009- Centro Distrital -Bragança	Feminino	Masculino
	1643	1214

N.º de Requerentes 2009 - Mirandela.	Feminino	Masculino
	167	104

Quadro n.º 82 Fonte: Centro Distrital de Segurança Social de Bragança.

No que concerne ao género dos requerentes, verifica-se que quer a nível distrital, quer a nível do concelho e também ao nível da NUT III de ATMAD existe uma maior predominância do sexo feminino (61% em Mirandela – 2009) sobre o sexo masculino (39% em Mirandela – 2009).



Nº de Requerentes por Escalão Etário – Dados Referentes ao Concelho de Mirandela

Faixas Etárias	Requerentes do CSI
95 e mais anos	1
90 a 94 Anos	4
85 a 89 Anos	17
80 a 84 Anos	43
75 a 79 Anos	64
70 a 74 Anos	60
65 a 69 Anos	82
Até 65 Anos	0

Quadro n.º 83 Fonte: Centro Distrital de Segurança Social de Bragança.

Requerentes do CSI/Escalão Etário - Mirandela

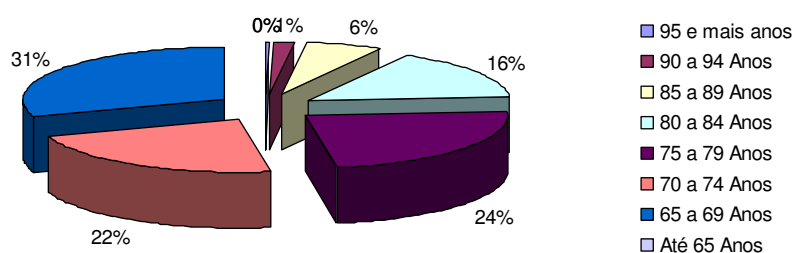


Gráfico n.º 14

Nº de Requerentes por Escalão Etário – Dados Referentes ao Centro Distrital de Bragança.

Faixas Etárias	Requerentes do CSI
95 e mais anos	13
90 a 94 Anos	51
85 a 89 Anos	198
80 a 84 Anos	423
75 a 79 Anos	631
70 a 74 Anos	664
65 a 69 Anos	847
Até 65 Anos	30

Quadro n.º 84 Fonte: Centro Distrital de Segurança Social de Bragança.



Requerentes do CSI/ Escalão Etário - Distrito de Bragança

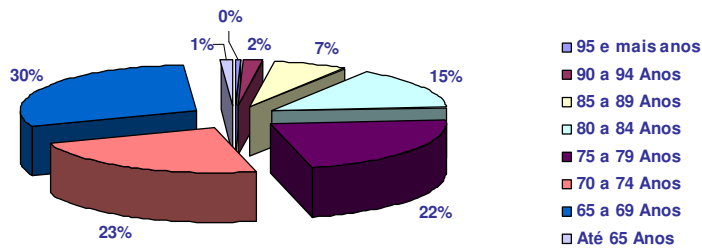


Gráfico n.º 15

Quanto ao escalão etário, verifica-se que a maioria dos processos activos pertencem a requerentes que se situam na faixa etária dos 65 aos 69 anos de idade.

PROGRAMA COMUNITÁRIO DE AJUDA ALIMENTAR A CARENCIADOS

P.C.A.A.C.

Legislação Comunitária: Regulamento (CEE) n.º 3730/87; Regulamento (CEE) n.º 3149/92; Regulamento (CEE) n.º 1903/04; Regulamento (CEE) n.º 1608/05; Regulamento (CEE) n.º 133/06.

“Este Programa consiste numa acção anualmente promovida pela Comissão e executada pelos Estados-membros, que, utilizando as existências de intervenção de vários produtos agrícolas, visa distribuir produtos alimentares às pessoas mais necessitadas da Comunidade Europeia.

A origem desta acção encontra-se nas medidas tomadas pela Comunidade Europeia, durante o Inverno excepcionalmente frio de 1986/87, que permitiram a distribuição de vários géneros alimentícios às pessoas mais necessitadas da comunidade.

O Conselho adoptou o Regulamento (CEE) n.º 3730/87, de 10 de Dezembro, que “estabelece as regras gerais para o fornecimento a determinadas organizações de géneros alimentícios provenientes de géneros alimentícios provenientes das existências de intervenção para distribuição às pessoas mais necessitadas na Comunidade”.

Podem ser beneficiários deste Programa, desde que em território nacional, todas as **as pessoas/famílias e instituições/utentes**, cuja situação de dependência social e financeira for constatada e reconhecida com base nos critérios de elegibilidade aprovados por Despacho de 06/02/96, do então Secretário de Estado de inserção Social.”(Segurança Social, IP)



Programa Comunitário de Apoio Alimentar a Carenciados

Dados Referentes ao Concelho de Mirandela

Anos	N ° de Beneficiários	
	Indivíduos e Famílias	Utentes das IPSS'S
2008	220	770
2009	138	719

Quadro n ° 85 Fonte: Centro Distrital de Segurança Social de Bragança.

Relativamente a estes dados há a registar dois aspectos:

- Diminuição bastante significativa do número de beneficiários de 2008 para 2009.
- Os beneficiários deste Programa são mais utentes das IPSS'S.

Uma das necessidades identificadas no Núcleo Executivo da Rede Social foi a de apoiar agregados familiares ao nível de bens alimentares. O Programa P.C.A.A.C. não é um recurso suficiente para as famílias suprirem as suas necessidades, visto que as famílias necessitam de um apoio mais periódico/ sucessivo, não apenas duas vezes durante o ano. As duas fases de distribuição do Programa não se adaptam às necessidades dos agregados familiares que são quase permanentes e não apenas duas vezes por ano.

ACÇÃO SOCIAL DA AUTARQUIA:

O Serviço Social Autárquico é um conjunto de práticas interdisciplinares e intersectoriais localizadas, que oferecem um pacote de serviços ajustados às necessidades da população em situação de precariedade.

A Acção Social da Câmara Municipal de Mirandela, tem com áreas de intervenção directa a Habitação Social, a Rede Social e o encaminhamento de famílias para os vários serviços da comunidade, que dêem resposta às suas necessidades, de entre os quais o Regulamento dos Apoios Económicos.

Intervêm enquanto parcerias no Núcleo Local de Inserção; Programa PIEF; Programa Escolhas; Programas da Saúde; Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, estando a presidência a cargo da Câmara Municipal de Mirandela.



Ao nível de atendimentos, surge todo um conjunto de problemáticas, como o desemprego, carências económicas e sociais, violências domésticas, situações de vulnerabilidade social para os idosos e crianças, entre outras....

De facto, ao longo dos últimos três anos, tem havido um aumento bastante significativo dos atendimentos sociais.

Nº DE ATENDIMENTOS – SECTOR DE ACÇÃO SOCIAL/ C.M.M.

Anos	N ° de Atendimentos
2007	302
2008	540
2009	811

Quadro n ° 86 Fontes: Sector de Acção Social da CMM

Um das medidas locais adoptadas para combater a pobreza e a exclusão social, foi a criação do **Regulamento dos Apoios Económicos**, através da Rede Social, e cuja entidade promotora e executora é a Câmara Municipal de Mirandela.

O Regulamento foi elaborado em 2007, sendo que a sua operacionalização só se fez a partir de 2008.

O Regulamento prevê apoio na habitação, medicação; acção social escolar: atribuição de auxílios económicos a alunos que frequentam estabelecimentos de 1º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar nas modalidades de alimentação, aquisição de livros e isenção de pagamento em passes escolares.

Vejamos o nº de cartões emitidos / Indeferidos dos Cartões Sociais:

CARTÕES SOCIAIS - CMM

Anos	N ° de Cartões Emitidos	N ° de Cartões Indeferidos
2008	166	86
2009	239	102

Quadro n ° 87 Fontes: Sector de Acção Social da CMM



Os apoios mais solicitados são ao nível da medicação, livros escolares, isenção de pagamento de refeições e isenção de passe escolar.

Cerca de 80% destas famílias beneficiárias deste cartão em 2008 continuam a beneficiar do mesmo em 2009, o que significa que muitas delas não conseguem superar a situação de carência económica e financeira em que se encontram (vam).

O número de atendimentos no sector de acção social tem vindo a aumentar significativamente ao longo dos anos, assim como o número de cartões sociais emitidos. Convém salientar que muitos dos apoios solicitados são ao nível de alimentação.

HABITAÇÃO

Na área da habitação não existem dados actualizados ao nível do Instituto Nacional de Estatística, pelo que a análise nesta área apenas será baseada em indicadores locais, como os programas e projectos existentes nesta área e as suas necessidades.

Ao nível da Habitação Social, como podemos verificar através dos dados que seguem, verificamos que a Câmara Municipal de Mirandela é proprietária de 61 fogos de habitação social. Estas habitações sociais encontram-se localizadas no :

- 1 – Bairro Operário.
- 2- Avenida Eng.º Camilo Mendonça – Bloco do MAP e do GAT.
- 3- Rua Dr. José Bacelar.
- 4- Rua Dr. Paulo Mendo – Vale da Azenha – Mirandela.

CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO SOCIAL DA CMM

Localização Geográfica	N ° de Fogos
Bairro Operário	19
Bloco do MAP e do GAT	27
Rua Dr. José Bacelar	3
Vale da Azenha	12

Quadro n.º 88 Fonte: Sector de Acção Social da CMM



N ° DE FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIALPOR TIPOLOGIA

Tipologias	N ° de Fogos
T0 a T1	6
T2 a T3	53
> T4	2
Total	61

Quadro n ° 89 Fonte: Sector de Acção Social da CMM

N ° de Pedidos em Lista de Espera:

Habitação Social	Melhoria Habitacional	PCHI
106	35	54

Quadro n ° 90. Fonte: Sector de Acção Social da CMM

É de salientar que a maior parte dos pedidos para habitação social são de agregados familiares da sede do concelho, ao nível dos apoios para melhoria habitacional e para o Programa de Conforto Habitacional, são essencialmente agregados familiares que residem em zonas rurais.

Vejamos no quadro que se segue, os recursos existentes no concelho na área da habitação:



PROGRAMAS/RESPOSTAS DE HABITAÇÃO – MIRANDELA

Denominação	Objectivos	Existente ou não no Concelho. Análise Quantitativa.
PROGRAMA CONFORTO HABITACIONAL PARA IDOSOS – PCHI	O PCHI visa a qualificação habitacional com o objectivo de melhorar as condições básicas de habitabilidade e mobilidade das pessoas idosas que usufruam de serviços de apoio domiciliário, de forma a prevenir e a evitar a institucionalização. Este programa resulta de uma parceria entre a Segurança Social e os Municípios, concretizando-se mediante a celebração de protocolos.	Projecto elaborado no Concelho de Mirandela em 2008, tendo sido apoiadas 25 habitações. Foi enviado as Serviços da Segurança Social de Bragança o pedido de renovação do Programa.
PROHABITA	Programa de Financiamento para acesso à Habitação, tem como objectivo resolver o problema não só de pessoas residentes em barracas ou casas, mas quaisquer situações de grave carência habitacional das famílias residentes no território nacional. Segundo o Decreto – lei n.º 135/2004, de 3 de Junho, considera-se situação de grave carência habitacional, a situação de residência permanente de agregados familiares em edificações, parte de edificações ou estruturas provisórias caracterizadas por graves deficiências de solidez, segurança e ou salubridade ou em casos de manifesta exiguidade da área habitacional para o número de pessoas do agregado familiar, bem como as situações de necessidade urgente de alojamento no âmbito de operações municipais de reabilitação urbana.	Está a ser elaborado o Projecto Habitacional. Foi efectuado o levantamento do n.º de agregados familiares, tendo sido aprovados: 19 Fogos para a Torre de Dona Chama e 45 para o Concelho de Mirandela.
SOLAHR	É um programa criado através do Decreto-Lei n.º 7/99, de 8 de Janeiro, gerido pelo Instituto Nacional da Habitação (INH), o qual se destina a proporcionar às famílias mais carenciadas a facilidade de realizarem obras de conservação e de beneficiação, através da atribuição de apoio financeiro, sob a forma de empréstimo sem juros, a conceder pelo Instituto Nacional de Habitação, para: Habitação própria permanente de indivíduos ou agregados familiares; Habitações devolutas de que sejam proprietários os municípios, as instituições particulares de solidariedade social, as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa que prosseguem fins assistenciais e as cooperativas de habitação e construção; Habitações devolutas de que sejam proprietários pessoas singulares; A Câmara Municipal presta atendimento à população ao nível deste programa, cabendo à autarquia a recepção das candidaturas que, depois de verificar a regularidade e legibilidade das mesmas, remete os processos para o INH, cabendo a este organismo a aprovação das candidaturas e a concessão dos empréstimos.	Prestação de Informações no âmbito do Programa: 15 Recebimento e instrução de 4 processos de candidatura. Uma desistência de candidatura.
REGULAMENTO DE APOIOS ECONÓMICOS	O principal objectivo é apoiar agregados familiares /indivíduos isolados que vivem em situação económica precária. Os apoios previstos são os seguintes: Ao nível da habitação: Comparticipação das obras necessárias para garantir as condições mínimas de conforto, segurança e salubridade.	N.º de Agregados Familiares em 2009: 9, encontrando-se em análise 26 processos.

Quadro n.º 91 Fonte: Sector de Acção Social da CMM



COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

De acordo como o disposto do n.º 1 do art.º 12 da Lei 147/99, a CPCJ é uma Entidade oficial não judiciária e com autonomia funcional que visa promover os direitos das crianças e do jovem (até aos 18 anos, ou 21 quando solicitado) e prever ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral, de forma a garantir o seu bem estar e desenvolvimento. A aplicação das medidas de promoção dos direitos e de protecção das crianças e dos jovens é da competência exclusiva das CPCJ e Tribunais e visa afastar o perigo em que estas se encontram. As medidas são as seguintes: Apoio Junto dos Pais; Apoio Junto de outro familiar; confiança de pessoa idónea; Apoio para autonomia de vida; acolhimento familiar; Acolhimento em Instituição.

De facto, convém salientar a actividade da CPCJ no concelho, fazendo de seguida um pequeno resumo dos aspectos mais importantes da sua actividade e evolução:

⇒ Se compararmos o número de processos, indicador que inclui processos transitados, instaurados e reabertos, ao longo dos anos (**2006**: 80; **2007** e **2008**: 122 e **2009**: 126), depressa concluímos que os mesmos tem vindo a aumentar.

⇒ Ao nível das faixas etárias os dois grupos maioritários encontram-se nas faixas etárias dos 11 aos 14 anos e mais de 15 anos. Tem havido um aumento de crianças com mais de 15 anos e dos 0 aos 6 anos, e nestas faixas etárias as sinalizações são mais feitas pelos pais, assim como tem havido um aumento nas faixas etárias dos 0 aos 6 anos de idade.

⇒ Em termos de sinalização é a professora tutora e as autoridades policiais quem fazem mais as sinalizações. Nas faixas etárias dos maiores de 15 anos, as sinalizações são mais efectuadas pelos pais.

⇒ Os principais motivos de intervenção da CPCJ são a negligencia e o abandono escolar, no entanto, tem havido um aumento ao nível dos maus-tratos.

⇒ As medidas de promoção e protecção mais aplicadas são o Apoio Junto dos Pais.



⇒ No que concerne à tipologia de família a predominância é a biológica, e família nuclear com filhos.

⇒ Ao nível da escolaridade dos agregados familiares, verifica-se que os mesmos têm baixas habilitações escolares.

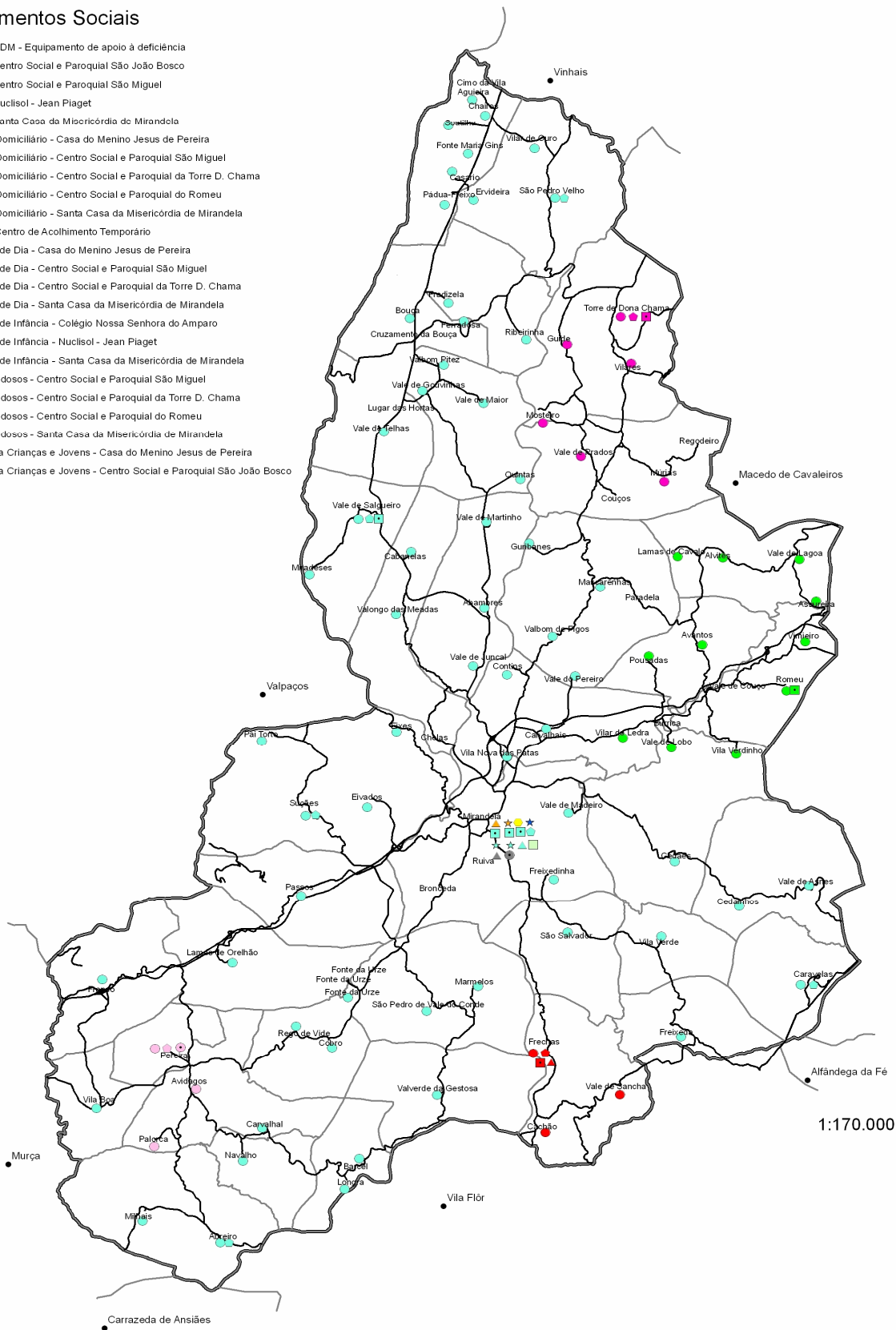


10 - EQUIPAMENTOS SOCIAIS



Equipamentos Sociais

- APPACDM - Equipamento de apoio à deficiência
- ▲ ATL - Centro Social e Paroquial São João Bosco
- ▲ ATL - Centro Social e Paroquial São Miguel
- ▲ ATL - Nuclisol - Jean Piaget
- ▲ ATL - Santa Casa da Misericórdia de Mirandela
- Apoio Domiciliário - Casa do Menino Jesus de Pereira
- Apoio Domiciliário - Centro Social e Paroquial São Miguel
- Apoio Domiciliário - Centro Social e Paroquial da Torre D. Chama
- Apoio Domiciliário - Centro Social e Paroquial do Romeu
- Apoio Domiciliário - Santa Casa da Misericórdia de Mirandela
- CAT - Centro de Acolhimento Temporário
- Centro de Dia - Casa do Menino Jesus de Pereira
- Centro de Dia - Centro Social e Paroquial São Miguel
- Centro de Dia - Centro Social e Paroquial da Torre D. Chama
- Centro de Dia - Santa Casa da Misericórdia de Mirandela
- ★ Centro de Infância - Colégio Nossa Senhora do Amparo
- ★ Centro de Infância - Nuclisol - Jean Piaget
- ★ Centro de Infância - Santa Casa da Misericórdia de Mirandela
- Lar de Idosos - Centro Social e Paroquial São Miguel
- Lar de Idosos - Centro Social e Paroquial da Torre D. Chama
- Lar de Idosos - Centro Social e Paroquial do Romeu
- Lar de Idosos - Santa Casa da Misericórdia de Mirandela
- Lar para Crianças e Jovens - Casa do Menino Jesus de Pereira
- Lar para Crianças e Jovens - Centro Social e Paroquial São João Bosco



1:170.000



Existem no concelho de Mirandela 9 Instituições de Solidariedade Social e que pela sua natureza se caracterizam como Entidades Sem Fins Lucrativos. Quanto à tipologia jurídica dos equipamentos vigentes, estes subdividem-se em:

⇒ **2 Associações de Solidariedade Social:** Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Mirandela; Nuclisol – Jean Piaget.

⇒ **1 Associação Mutualista:** Casa do Menino Jesus de Pereira.

⇒ **4 Centros Sociais e Paroquiais:** Centro Social e Paroquial do Romeu; Centro Social e Paroquial da Torre de Dona Chama; Centro Social e Paroquial de São Miguel; Centro Social e Paroquial São João Bosco.

⇒ **1 Instituto Religioso:** Centro Social Nossa Senhora do Amparo.

⇒ **1 Irmandade da Misericórdia:** Santa Casa da Misericórdia de Mirandela.

Para a execução das suas actividades de apoio às populações, estas Instituições celebram Acordos de Cooperação com o Instituto de Segurança Social que lhes permite assegurar uma parte importante dos seus financiamentos. Existe ainda um lar privado com fins lucrativos – Quinta D’Avós - com capacidade para 20 vagas.

O Centro de Estudos e Apoio Pedagógico – Palavras Mágicas, desenvolve serviços para a terceira idade, mais especificamente de serviço domiciliário 24 horas por dia e 7 dias por semana, com capacidade para 30 utentes.

De seguida, passaremos a análise das respostas sociais/ equipamentos na área da infância e juventude, do idoso e da deficiência.



Vejamos através do quadro seguinte a caracterização das Instituições sociais que intervêm na área da infância:

**Instituições do Concelho de Mirandela na Área da Infância e da Juventude,
segundo o número de utentes e capacidade de respostas.**

Valências	Capacidades de Respostas	O Miminho	Arco Iris	Nuclisol-Jean Piaget	CATL ABC	Colégio N ^a Sr. ^a do Amparo *	C.S. Paroquial S. João Bosco	Total
Creche	Capacidade De Resposta	58	50	40		50		198
	N ^o de Utentes	56	45	35		45		181
Pré-Escolar	Capacidade de Resposta	125	75	75		75		350
	N ^o de Utentes	125	74	50		75		324
ATL	Capacidade de Resposta			20	100		60	180
	N ^o de Utentes			18	115		12	145

Quadro n^o 92 * - Tem a valência de 1^o ciclo com capacidade para 55 vagas.. Consultar área da Educação. **Fonte:** Sistema de Informação da Rede Social de Mirandela.

AMAS:

A resposta social Amas é desenvolvida através de um serviço prestado por pessoas idóneas, que, por conta própria e mediante retribuição cuida de crianças que não sejam parentes ou da linha recta ou no 2^o grau de linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

No concelho de Mirandela existem duas **Amas** no Concelho enquadradas no Centro Distrital de Bragança que abrangem no total 8 crianças.



Instituições do Concelho de Mirandela na Área da Infância e da Juventude em Situação de Perigo, segundo o número de utentes e capacidade de respostas.

Valências/Respostas	Capacidade de Resposta/N ° de Utentes	Casa do Menino Jesus	Centro Social e Paroquial S.João	O Abrigo
CAT	Capacidade de Resposta			14
	N ° de Utentes			14
Lar de Infância e Juventude	N ° de Utentes	55	30	
	Capacidade de Resposta	56	30	
Total		110	60	28

Quadro n ° 93

CAPACIDADE DE UTENTES NA ÁREA DA INFÂNCIA – DISTRITO DE BRAGANÇA

Concelhos	Capacidade				ATL
	Creche	Pré-Escolar	LIJ	CAT	
Alfândega da Fé	35	25	0	0	0
Bragança	433	575	150	10	490
Carrazeda de Ansiães	40	75	0	0	20
Freixo E. Cinta	15	65	0	0	48
Macedo Cavaleiros	108	150	0	0	40
Miranda do Douro	83	25	0	0	0
Mirandela	200	350	91	14	220
Mogadouro	48	75	0	0	50
Torre de Moncorvo	20	25	32	0	0
Vila Flor	29	50	0	0	175
Vimioso	0	0	0	0	0
Vinhais	35	50	0	0	50
TOTAL	1.046	1.465	273	24	1.093

Quadro n ° 94



CONSIDERAÇÕES:

Ao nível da localização geográfica das respostas sociais na Infância e Juventude verifica-se que estas se concentram nas zonas urbanas, ao passo que as respostas sociais para crianças e jovens em situação de perigo, uma localiza-se no meio rural (Casa do Menino Jesus de Pereira) e outra no meio urbano (Centro Social e Paroquial São João Bosco)

Tendo como referência o Diagnóstico Social da Plataforma Supra Concelhia de Trás-os-Montes e Alto Douro, verificava-se que a taxa média de utilização das respostas sociais referenciadas na NUT III é de 94,2%, apresentando Mirandela uma taxa superior a esse valor (106,5%). Segundo o Diagnóstico “ A taxa de utilização de uma resposta social é determinada pelo rácio entre o número de lugares criados e o número de crianças a frequentar essa resposta social, sendo que a taxa de utilização ideal é de 100%”.” (Diagnóstico Social da Plataforma Supraconcelhia de Trás-os-Montes e Alto Douro, pg:39). Isto significa que existem mais crianças a frequentar a resposta social do que os lugares efectivamente criados pela mesma, pelo que existirão equipamentos que se encontram sobrelotados.

Esta insuficiência já se fazia sentir no diagnóstico social anterior. De facto, e segundo os dados que são actualizados anualmente no sistema de informação da Rede Social, a resposta social de creche é aquela que tem sempre listas de espera. Actualmente existem à volta de 204 crianças em listas de espera nos centros infantis. No intuito de superar esta necessidade estabeleceu-se como estratégia implementar quatro Amas no concelho. Apesar de se ter feito todo um conjunto de estratégias e acções para alcançar esse fim, a verdade é que houve uma resistência para a implementação dessa resposta social, não se conseguindo alcançar a meta estabelecida (que era 4, criando-se apenas 2).

No que concerne aos equipamentos na área da juventude em situação de perigo, existe no concelho de Mirandela as valências de lar de infância e Juventude para crianças do sexo feminino na Casa do Menino Jesus de Pereira e para crianças do sexo masculino no Centro Social e Paroquial São João Bosco. O “ Abrigo” é um Centro de Acolhimento Familiar. Em todas existe uma taxa de utilização total.



PESSOAS IDOSAS

CONCEITOS DAS RESPOSTAS SOCIAIS EXISTENTES NO CONCELHO

CENTRO DE DIA	Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sócio-familiar.
SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO	Resposta social desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.
LAR DE IDOSOS	Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento colectivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou autonomia.
ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS IDOSAS	Resposta social que consiste em integrar, temporariamente ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas idosas quando, por ausência, ou falta de condições de familiares e/ou inexistência ou insuficiência de respostas sociais, não possam permanecer no seu domicílio.

Quadro n.º 95

LARES EXISTENTES NO CONCELHO, SEGUNDO O N.º DE UTENTES E LISTAS DE ESPERA

Instituição		Capacidade de Utentes	N.º de Utentes	Lista de Espera
da Casa Santa Misericórdia de Mirandela	Lar Bom Samaritano	46	72	350
	Lar Nossa Senhora da Paz	93	89	
	Residência Santa Ana	25	31	
	Mini Lar São Sebastião	17	29	
C.S.P. de São Miguel (Frechas)		11	11	16
CSP Romeu		20	28	49
CSP Torre de Dona Chama		25	26	120
Total		237	286	522

Quadro n.º 96



CAPACIDADE DE UTENTES NA VALENCIA DE LAR DE IDOSOS, NO DISTRITO DE BRAGANÇA

Concelhos	Capacidade
Alfândega da Fé	121
Bragança	457
Carraceda de Ansiães	127
Freixo E. Cinta	119
Macedo Cavaleiros	91
Miranda do Douro	185
Mirandela	237
Mogadouro	119
Torre de Moncorvo	143
Vila Flor	126
Vimioso	199
Vinhais	118
TOTAL	2.042

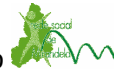
Quadro n.º 97

Existe ainda no Concelho uma **Instituição Privada com Fins Lucrativos** (Quinta D’Avo) de apoio à terceira Idade e que tem a resposta social de Lar, tendo **capacidade para 20 vagas**.

CENTROS DE DIA EXISTENTES NO CONCELHO, SEGUNDO O N.º DE UTENTES E CAPACIDADE

Instituição		Capacidade de Utentes	N.º de Utentes
Santa Casa da Misericórdia de Mirandela	Centro de Dia de Mirandela	30	30
	Centro de Dia de Suções	5	3
	Centro de Dia de Vale de Salgueiro	*	2
	Centro de Dia de São Pedro Velho	3	3
	Centro de Dia de Caravelas	9	7
C.S.P. de São Miguel (Frechas) – Centro de Dia		20	6
C.S.P. Torre de Dona Chama – Centro de Dia		25	7
Casa do Menino Jesus de Pereira – Centro de Dia		25	24
Total		117	82

Quadro n.º 98 * - Neste momento não existem acordos de cooperação com a Segurança Social, pois este equipamento está em processo de legalização. **Fonte:** Sistema de Informação da Rede Social. Dados fornecidos pelas Instituições Sociais.



CAPACIDADE DE UTENTES NA VALENCIA DE CENTRO DE DIA NO DISTRITO DE BRAGANÇA

Concelhos	Capacidade
Alfândega da Fé	20
Bragança	385
Carraceda de Ansiães	145
Freixo E. Cinta	110
Macedo Cavaleiros	190
Miranda do Douro	105
Mirandela	117
Mogadouro	110
Torre de Moncorvo	256
Vila Flor	185
Vimioso	125
Vinhais	95
TOTAL	1.843

Quadro n.º 99



APOIO DOMICILIÁRIO EXISTENTE NO CONCELHO, SEGUNDO O N ° DE UTENTES, CAPACIDADE E ÁREA GEOGRÁFICA DE ABRANGÊNCIA.

Instituição		Capacidade de Utentes	N ° de Utentes	Localização Geográfica
Santa Casa da Misericórdia de Mirandela	A.D. Mirandela	83	113	Mirandela; Vale de Asnes; Vale de Madeiro; Cedaínhos; Vale de Pereiro; Vila Nova das Patas; Maravilha; Contins; Valbom dos Figos; Mascarenhas; Paradela; Pousadas; Vilar de Ledra.
	A.D. Vale de Salgueiro	52	61	Vale de Salgueiro; Miradezes; Vale de Telhas; Valongo das Meadas; Cabanelas; Vale de Martinho; Quintas; Vale de Juncal; Abambres; Vale de Gouvinhas; Vale de Maior; Valbom Pitez.
	A.D. Abreiro	30	30	Franco; lamas de Orelhão; Vila Boa; Abreiro; Milhais; Navalho; Carvalhal.
	A.D. Caravelas	29	25	Caravelas; Vale da Sancha; São Salvador; Freixeda; Freixedinha; Vila Verde; Macedinho.
	A.D. S. Pedro Velho	46	56	S.Pedro Velho; Fradizela; Ferradosa; Ervideira; Ribeirinha; Vilar D'Ouro; Pádua de Freixo; Casario; Soutilha; Chairos; Agueiras; Bouça; Fonte Maria Gins; Ribeirinha.
	A.D. Suções	30	31	S.Pedro Vale do Conde; Rego de Vide; Barcel; Marmelos; Cobro; Valverde da Gestosa; Longra; Fonte de Urze; Suções; Pai Torto; Eivados; Eixos; Passos.
A.D - C.S.P. de São Miguel (Frechas)		15	24	Freguesia de Frechas.
A.D - Casa do Menino Jesus de Pereira		35	28	Pereira; Avidagos e Palorca.
A.D. - C.S.P. Torre de Dona Chama		40	35	Torre de Dona Chama; Argana; Vila Nova da Rainha; Fornos; Mosteiro; Vilarinho do Monte; Guide; lamalonga; Vilarinho de Agrochão; Múrias; Vale de Prados; Vilares.
A.D - C.S.P. Romeu		85	80	Romeu; Vilar de Ledra; Pousadas; Vimieiro; Vila Verdinho; Vale de Lobo; Vale de Lagoa; Alvites; Avantos; Lamas de Cavallo; Açoreira.
Total		445	483	

Quadro n ° 100



CAPACIDADE DE UTENTES NO DISTRITO DE BRAGANÇA, APOIO DOMICILIÁRIO

Concelhos	Capacidade
Alfândega da Fé	193
Bragança	623
Carraceda de Ansiães	190
Freixo E. Cinta	145
Macedo Cavaleiros	184
Miranda do Douro	190
Mirandela	475
Mogadouro	210
Torre de Moncorvo	310
Vila Flor	115
Vimioso	95
Vinhais	224
TOTAL	2.954

Quadro n.º 101

ACOLHIMENTO FAMILIAR:

O Acolhimento Familiar para pessoas idosas é uma resposta social que consiste em integrar, temporariamente ou permanentemente em famílias consideradas idóneas, pessoas idosas quando, por ausência, ou falta de condições de familiares e/ou inexistência ou insuficiência de respostas sociais, não possam permanecer no seu domicílio

No Concelho de Mirandela, existem **5 Famílias de Acolhimento para Idosos e Adultos com Deficiência.**



CONSIDERAÇÕES:

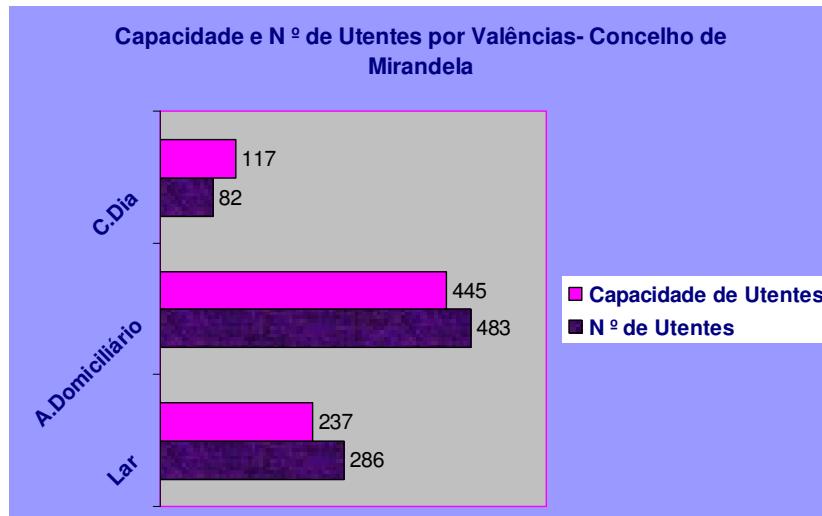


Gráfico n^o 16

Através dos dados, verificamos que a resposta social com mais peso no concelho de Mirandela é o Apoio Domiciliário com um total de 483 utentes com um total de 10 equipamentos, acompanhando a tendência da NUT III, e a nível distrital. Existe nesta valência um total de 483 utentes num total de 10 equipamentos. Em seguida, temos os Centros de Dia com um total de 8 equipamentos, e, por último os lares (7 lares com 286 utentes). Embora exista um maior número de Centros de Dia, o número de vagas existentes em lar de Idosos é muito superior. Verifica-se que o número de utentes na valência de lar de idosos é superior à capacidade de respostas. No Diagnóstico da Plataforma Supraconcelhia, baseada nos dados de 2007, refere que “... as taxas de utilização da resposta social lar de idosos nos concelhos da NUT III de Alto Trás-os-Montes e Alto Douro, existem concelhos onde a taxa é superior a 100, o que pode ser um reflexo de carências que ainda persistem ao nível da resposta social lar de idosos, na medida em que as IPSS’S tentam apesar da lotação de equipamentos estar completa, das respostas a situações emergentes, à custa da sobrelotação da resposta social. É este o caso dos concelho de Mirandela (116,8), ...” (in Diagnóstico da Plataforma Supraconcelhia, pg. 49)

No que refere ao Apoio Domiciliário, verifica-se que o número de vagas é superior à capacidade.

No que se refere à valência de Centro de Dia, esta é aquela em que temos uma taxa de utilização mais baixa.



PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA- CONCEITOS

APOIO DOMICILIÁRIO INTEGRADO	Resposta que concretiza através de um conjunto de acções e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete por semana.
UNIDADE DE APOIO INTEGRADO	Resposta, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

Quadro n.º 102

N.º de utentes em A.D.I. e U.A.I.

Instituição	A.D.I.		U.A.I.	
	Capacidade de Utentes	N.º de Utentes	Capacidade de Utentes	N.º de Utentes
Santa Casa da Misericórdia de Mirandela	15	15	30	30

Quadro n.º 96

Ao nível das respostas sociais para população em situação de dependência, existem no concelho duas valências: a Unidade de Apoio Integrado e o Apoio Domiciliário Integrado, ambas com uma taxa de utilização total.

No concelho de Mirandela não existe uma Unidade de Cuidados Continuados, no entanto, há uma Equipa Coordenadora Local de Cuidados Continuados, que tem como principais objectivos:

- Assegurar o acompanhamento e avaliação da rede a nível local;
- Articular e coordenar os recursos e actividades, no seu âmbito de referência, competindo-lhes designadamente, identificar as necessidades e propor à coordenação regional acções para a cobertura das mesmas;
- Consolidar os planos orçamentados de acção anuais;
- Elaborar os respectivos relatórios de execução e submetê-los à coordenação regional;
- Divulgar informação actualizada à população sobre a natureza, número e localização das unidades e equipas da rede;
- Apoiar e acompanhar o cumprimento dos contratos e a utilização dos recursos das unidades e equipas de rede;
- Apoiar e acompanhar o cumprimento dos contratos e a utilização dos recursos das unidades e equipas da rede;



- Promover o estabelecimento de parcerias para a prestação de cuidados continuados no respectivo serviço comunitário de proximidade;

- Promover o processo de admissão ou readmissão nas unidades e equipas da rede.

Prevê-se para o final de 2011 uma Unidade de Cuidados Continuados de Media e Longa Duração com capacidade até 45 utentes. Esta irá estar integrada num estabelecimento de saúde privado – Hospital Terra Quente. S.A.

EQUIPAMENTOS NA ÁREA DA DEFICIÊNCIA

APPACDM - MIRANDELA

N ° DE CLIENTES, SEGUNDO O SEXO, FAIXAS ETÁRIAS E TIPO DE DEFICIÊNCIA NA VALÊNCIA DE CENTRO DE ACTIVIDADES

OCUPACIONAIS

Grupo Etário	Tipo de Deficiência				Total
	Mental	Paralisia Cerebral	Outra Deficiência	Sexo	
16-26 Anos	3			F	3
	6			M	6
27-36 Anos	3			F	3
	5			M	5
37- 46 Anos	5	1	1	F	7
	1	1		M	2
+ de 46	2			M	2
	1	1		F	2
Total					30

Quadro n ° 105

N ° de Clientes em lista de espera na Resposta Social de CAO: 31.

N ° DE CLIENTES, SEGUNDO O SEXO, FAIXAS ETÁRIAS E TIPO DE DEFICIÊNCIA NA VALÊNCIA DE LAR RESIDENCIAL

Grupo Etário	Tipo de Deficiência				Total
	Mental	Paralisia Cerebral	Outra Deficiência	Sexo	
37- 46 Anos	4			F	4
				M	
Total					4

Quadro n ° 98



N ° de **Cientes** em Lista de Espera para a **Resposta Social** de Lar Residencial: 22.
CAPACIDADE DE RESPOSTAS E NÚMERO DE UTENTES NA ÁREA DA DEFICIÊNCIA EM MIRANDELA

	C.A.O.	Residência
Capacidade	30	4
N ° de Utentes	30	4

Quadro n ° 106

No Concelho de Mirandela a APPACDM é a instituição que actua na área da deficiência. Tem a valência de Residência Autónoma e Centro de Actividades Ocupacionais. Segundo os dados disponíveis podemos constatar que a resposta com maior peso é a valência de Centro de Actividades Ocupacionais, existindo 31 pessoas em lista de espera. Existe ainda a valência de Residência Autónoma com capacidade para quatro vagas, havendo actualmente vinte e dois processos em lista de espera. No intuito de superar as necessidades existentes nesta área, a Instituição candidatou-se à medida 6.12 do POPH para a criação de um Lar Residencial para vinte e quatro vagas, tendo o mesmo sido aprovado.

TAXAS DE COBERTURA NO CONCELHO DE MIRANDELA

Áreas	Taxas de Cobertura
População Idosa	15 %
População com Deficiência	2,67 %
Infância e Juventude	28,5 %

Quadro n ° 107 Fonte: Centro Distrital de Segurança Social de Bragança.

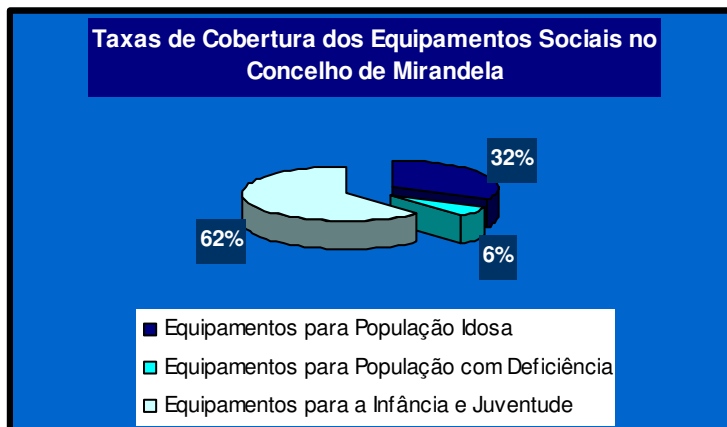


Gráfico n ° 17



10.1- PRESPECTIVA FUTURA DAS INSTITUIÇÕES NO CONCELHO DE MIRANDELA, SEGUNDO OS PARECERES SOCIAIS DA REDE SOCIAL DE MIRANDELA.

(Informação baseada na emissão de pareceres sociais da Rede Social de Mirandela)

TERCEIRA IDADE:

Instituição	Caracterização do Projecto	Vagas	Aumento de Vagas	Fundos
Centro Social e Paroquial do Romeu	<p>1ª Parecer: O Projecto destinou-se a remodelar/ampliar o actual equipamento, de forma a corrigir lacunas existentes ao nível das infra estruturas físicas relativamente à cozinha e refeitório, bem como aumentar o número de vagas nas valências.</p> <p>2ª Parecer: Aquisição de equipamento e mobiliário para a Instituição.</p>	30 Vagas	20	<p>1ª Parecer: CSPRomeu.</p> <p>2ª Parecer: PRODER.- Sub Programa 3 Medida 3.1 e 3.2</p>
Santa Casa da Misericórdia de Mirandela	<p>O Projecto destinava-se a remodelar/ampliar o actual equipamento do Centro de Dia de São Pedro Velho. Pretende-se criar um Mini Lar, aumentar o número de utentes na valência de serviço de apoio domiciliário e Centro de Dia.</p>	Centro de Dia: 3 Apoio Domiciliário: 31	Mini Lar – 13 Vagas. Centro de Dia: + 7 Vagas. Apoio Domiciliário: + 39	Santa Casa da Misericórdia. Candidatura apresentada no âmbito do POPH (Não foi aprovado
Santa Casa da Misericórdia de Mirandela	O projecto destina-se a remodelar/ampliar o actual equipamento do Centro de Dia de Abreiro, de forma a cria um Mini Lar em Abreiro.	O Centro de Dia não tem utentes, actualmente presta apoio domiciliário a 3 utentes na zona do Franco e 15 na zona de Abreiro.	Mini Lar – 15 Vagas. Centro de Dia: 5 Vagas. Apoio Domiciliário: + 42	Santa Casa da Misericórdia.
Santa Casa da Misericórdia de Mirandela	O projecto destina-se a o licenciamento do actual equipamento do Lar São Sebastião; Centro de Dia; Apoio Domiciliário	Lar- 30 Centro de Dia – 5 Apoio Domiciliário - 65	Legalização	Santa Casa da Misericórdia.
Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de	Criação de um Lar Residencial	24 Vagas	24 – Criação de uma nova resposta social	POPH – Candidatura aprovada.



Mirandela. – A.P.P.A.C.D.M.				
Nuclisol – Jean Piaget	O Projecto destina-se à construção de raiz de equipamento social para a valência de creche.	Creche: 35 Pré-escolar: 55 CATL: 25	Creche: + 31	PRODER

Quadro n.º 108



11- JUSTIÇA/ SEGURANÇA



Ao nível da Justiça existem vários recursos/serviços no concelho de Mirandela, nomeadamente o Tribunal Judicial (comarca de Mirandela); Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela; Direcção Geral de Reinserção Social de Mirandela; Conservatório do Registo Predial e Conservatória Do Registo Civil.

Ao nível da Segurança temos os seguintes recursos/Serviços: Policia de Segurança Pública De Mirandela; Guarda Nacional Republicana - Destacamento Territorial de Mirandela / Torre de Dona Chama; Serviço Municipal de Protecção Civil; Bombeiros Voluntários e Cruz Amarela De Mirandela/Torre de Dona Chama.

Destaca-se neste capítulo o Estudo no âmbito do Programa Rede Social “ Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental” (Instituto da Segurança Social:2005), que teve como objectivo tipificar as situações de Pobreza e Exclusão Social ao nível do território de Portugal Continental.

Do ponto de vista das **Dinâmicas Territoriais (Rural e Urbano)**, Mirandela corresponde ao **Tipo 2- Urbano em Consolidação, Qualificado e Equipado**. Neste tipo de territórios predominam as cidades medias, com forte dinamismo demográfico e população qualificada. São os concelhos melhor equipados ao nível de saneamento básico e telecomunicações.

Ao nível da Tipologia da Inclusão e Exclusão foi possível distinguir 6 grandes tipos de territórios:

- 1- **Território Tipo 1: Moderadamente Inclusivos.**
- 2- **Território Tipo 2 : de Contraste e Base Turística.**
- 3- **Território Tipo 3: Ameaçadores e Atractivos.**
- 4- **Território Tipo 4: Envelhecidos e Desertificados.**
- 5- **Território Tipo 5: Industriais e com Forte Desqualificação.**
- 6- **Território Tipo 6: Envelhecidos e Economicamente Deprimidos.**

Mirandela insere-se no Território Tipo 6. Descrevem-se situações de territórios envelhecidos com fracas competências escolares, qualificações profissionais economicamente deprimidas. Aqui encontram-se os segundos valores mais altos em termos de envelhecimento e de idosos a viverem sós, depois do território tipo 4.



Vejamos, seguidamente alguns indicadores de análise que caracterizam este tipo de concelhos:

✦ **A Taxa de Criminalidade e a Imigração** apresentam valores baixos, abaixo da média nacional. “ (...) a coesão não parece estar afectada por estes fenómenos, trata-se de comunidades pequenas e pouco fragmentadas em que a criminalidade tem valores pouco significativos” (*Ibidem*: 103) O peso da população estrangeira sobre a população residente mostra um panorama também favorável, visto que a existência de estrangeiros pode colocar questões do ponto de vista de integração estando por vezes associados a exclusões pelo facto de a situação ser precária. Também a diminuta actividade económica não constitui atractivo para as migrações laborais.

Ao nível dos dados do Instituto Nacional de Estatística, os únicos indicadores/ dados são aqueles que se seguem, e que vem confirmar o que dito, visto que segundo os dados a taxa de criminalidade em Mirandela encontra-se abaixo da media nacional.

CRIMES REGISTADOS PELAS AUTORIDADES POLICIAIS NO MUNICÍPIO DE MIRANDELA, SEGUNDO AS CATEGORIAS DE CRIME:

Total	Contra as Pessoas	Contra o Património	Contra a Vida Na Sociedade
712	304	267	88

Quadro n.º 109 Fonte: INE – Direcção Geral da Política de Justiça./ 2006.

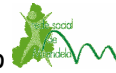
INDICADORES DE JUSTIÇA, POR MUNICÍPIO, 2006 – TAXA DE CRIMINALIDADE POR CATEGORIA DE CRIMES

Unidade Territorial	Total	Crimes Contra a Integridade Física	Furto/Roubo por esticção e na via publica	Condução de Veículos e em Veículo Motorizado	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,3 g/l	Condução Sem Habilitação Legal
%						
Portugal	37,8	5,7	1,6	6,3	1,9	1,9
Continente	36,9	5,6	1,7	6,4	1,8	1,9
Norte	31,3	5,5	1,0	5,0	1,4	1,6
Alto Trás-os-Montes e Alto Douro	27,7	5,4	0,1	1,7	1,4	1,0
Mirandela	27,7	6,8	0,0	1,4	0,8	0,6

Quadro n.º 110 Fonte: INE – Direcção Geral da Política de Justiça. / 2006.



Destaca-se ainda na área da Segurança e integrado no Programa de Intervenção de Policiamento de Proximidade o **Programa: Escola Segura; Programa Apoio 65- Idosos em segurança e o Programa Comércio Seguro.**



12- PROBLEMAS SOCIAIS IDENTIFICADOS PELOS PARCEIROS SOCIAIS

